Jornal O SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.631 | Preço banca: R$ 3,50

Governo propõe salário-mínimo de R$ 1.502 em 2025

O salário-mínimo em 2025 será de R$ 1.502, com aumento nominal de 6,39%. O reajuste consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado na segunda-feira (15) ao Congresso Nacional.

O reajuste segue a projeção de 3,25% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. A estimativa também consta do PLDO.

O valor do mínimo tinha sido confirmado mais cedo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à emissora de televisão *GloboNews*. No entanto, o Ministério do Planejamento confirmou a estimativa somente após a divulgação do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R$ 1.582 para o salário-mínimo em 2026, de R$ 1.676 para 2027 e de R$ 1.722 para 2028. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

No ano passado, o salário-mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019.

Segundo o Planejamento, cada aumento de R$ 1 no salário-mínimo tem impacto de aproximadamente R$ 370 milhões no Orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo. Na Previdência Social, a conta considera uma alta de R$ 66,7 bilhões nas despesas e ganhos de R$ 63,1 bilhões na arrecadação.

O valor do salário-mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano e da nova política de reajuste. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte.

Em 2024, o salário mínimo está em R$ 1.412, com ganho real de 3% em relação a 2023. O valor de R$ 1.412 corresponde ao INPC acumulado nos 12 meses terminados em novembro de 2023, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do PIB em 2022. (Agência Brasil)

CNJ determina afastamento de Gabriela Hardt, ex-juíza da Lava jato

Página 4

Dólar aproxima-se de R$ 5,19 com exterior e novas metas fiscais

Página 7

Centrais sindicais anunciam celebração do dia 1º de maio unificada

Os presidentes das centrais sindicais CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, UGT (União Geral dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Intersindical Central da Classe Trabalhadora, anunciaram na segunda-feira (15) a participação do ato nacional do 1º de Maio.

O evento Por um Brasil mais Justo espera reunir 50 mil pessoas no estacionamento da Neo Química Arena, o Itaquerão, na zona leste da capital paulista. A mudança do evento do centro da cidade para o bairro de Itaquera é para que a festa fique mais próxima dos trabalhadores, segundo os organizadores. Marcado para as 10h, o evento gratuito terá shows e um ato político, que defenderá as bandeiras do emprego decente, correção da tabela do Imposto de Renda, juros mais baixos, aposentadoria digna, salário igual para trabalho igual e valorização do serviço público. A programação completa não foi informada ainda e deve ser divulgada próximo da data do evento.

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter participado da celebração no ano passado, ainda não há confirmação de que ele esteja presente neste ano.

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, ao comentar as paralisações dos funcionários públicos federais, que reivindicam aumento de salário, lembrou que esses trabalhadores ficaram praticamente 7 anos sem diálogo com o governo e sem nenhum reajuste, acumulando demandas que não são só salariais, e que há reivindicações de reestruturação de carreiras, além de haver precariedade no que diz respeito a equipamentos.

"É natural que os trabalhadores tenham suas pautas. Também houve um desmonte dos serviços públicos nesses 7 anos. O reajuste de 9% do ano passado foi um avanço. O próprio presidente Lula nos ensinou que reajuste zero só é aceitável na derrota. Então eu espero que o ministro Fernando Haddad encontre um espaço dentro do orçamento para atender a reivindicação dos trabalhadores", disse.

Nobre ressaltou ainda que o papel do sindicato é o de reivindicar e a mesa de negociação nem sempre chega a um acordo, mas segundo ele, é muito importante que o diálogo aconteça. "E está acontecendo. Eu acho que o governo vai anunciar um calendário de negociação por setores e nós esperamos que as negociações avancem e a greve não aconteça. Se não tiver proposta nenhuma, o sindicato foi feito para lutar e as centrais vão dar todo apoio à luta dos servidores públicos", afirmou. (Agência Brasil)

Projeto da LDO mantém meta de déficit zero para 2025

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 3

Prefeitura dará desconto em juros e multas em renegociação de dívidas

Página 2

Esporte

Maverick Viñales faz história na MotoGP ao vencer em Austin

Uma corrida espetacular, com muitas disputas emocionantes. Assim foi a corrida da categoria principal nesse final de semana em Austin, onde Maverick Viñales deixou seu nome escrito na história do motociclismo, sendo o primeiro piloto a vencer por três fábricas distintas nessa nova era da MotoGP: Suzuki, Yamaha e agora com a Aprilia. No sábado Maverick venceu a "Sprint Race" de ponta a ponta. Já no domingo, apesar de largar na pole, Viñales perdeu várias posições logo na primeira curva caindo para o nono lugar. Página 8

Foto/ MotoGP

Viñales *12 passa Acosta para vencer em Austin*

Regional Cup de Kart terá decisão em julho no Paladino

A Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) divulgou os regulamentos técnico e desportivo para a disputa da inédita Regional Cup de Kart, competição que chega ao país com total apoio da Federação Internacional de Automobilismo (FIA).

O campeonato englobará as categorias OK FIA, OK Júnior FIA e Mini 2T e terá sua Final entre os dias 29 e 31 de julho no Circuito Internacional Paladino, no município do Conde (PB).

Para chegar à decisão, os pilotos terão de garantir suas vagas em competições regionais (ver calendário abaixo), o que permitirá que competidores de diversas regiões possam lutar por uma vaga nas Finais. Serão 16 finalistas na OK FIA, 16 na OK Júnior e 12 na Mini 2T. Página 8

Roberval Andrade e Fabio Fogaça vencem diante de casa cheia em Goiânia

Foto/ Beto Correa

Bia *Figueiredo*

A temporada 2024 da Copa Truck fechou no domingo (14) a segunda etapa do seu calendário. Mesmo com forte calor, o público compareceu em peso, encheu o Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO), e presenciou duas corridas que tiveram como marcas a superação e a resistência. Longe de estar 100% fisicamente em razão de uma virose, Roberval Andrade (Mercedes-Benz da ASG Motorsport) deixou para trás o atual campeão, Felipe Giaffone (Volkswagen da R9 Competições) na largada, abriu vantagem e partiu para sua primeira vitória no campeonato. André Marques completou o top-3. Página 8

Em Misano, Di Grassi pontua pela primeira vez com a ABT

Foto/ ABT

O *brasileiro lidera pelotão durante a primeira das duas provas na Itália*

A primeira prova do Mundial de Fórmula E em Misano, na Itália, disputada no sábado (13), no Misano World Circuit Marco Simoncelli, fez valer a expectativa de pilotos e equipes: uma corrida acirrada, com mais de 550 ultrapassagens e pelotão muito próximo por todo o tempo. Lucas di Grassi conseguiu "ler" a corrida com bastante precisão e garantir os primeiros pontos de sua temporada com a equipe ABT Cupra em 2024. Página 8

Prefeitura dará desconto em juros e multas em renegociação de dívidas

Os contribuintes da cidade de São Paulo em débito com a Prefeitura poderão aderir ao Programa de Parcelamento Incentivado de 2024 (PPI 2024) a partir de 29 de abril. O programa oferece até 95% de desconto de juros e multas para os contribuintes que pagarem à vista débitos atrasados de IPTU, ISS e multas, entre outros. O ingresso no PPI deverá ser feito pela internet até o dia 28 de junho de 2024.

O PPI 2024 permite a regularização de débitos decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2023. Não poderão ser incluídos no PPI 2024 os débitos referentes a obrigações de natureza contratual, infrações à legislação ambiental, ISS do Simples Nacional, multas de trânsito, débitos incluídos em transação celebrada com a Procuradoria Geral do Município e débitos incluídos em PPI anteriores ainda não rompidos.

"O Programa de Parcelamento Incentivado é uma iniciativa para auxiliar os contribuintes paulistanos, sejam pessoas físicas ou jurídicas, a regularizarem sua situação com a Prefeitura de São Paulo. É uma oportunidade para ficar em dia com a cidade, com descontos significativos e prazos diferenciados para a quitação dos débitos", explica o secretário municipal da Fazenda de São Paulo, Luís Felipe Vidal Arellano.

Descontos – Os contribuintes poderão aderir ao PPI 2024 em três faixas de descontos diferentes, de acordo com o número de parcelas mensais selecionadas (parcela única, de duas a 60 parcelas ou de 61 a 120 parcelas).

Em relação aos débitos tributários, o PPI 2024 oferece:

- Pagamento à vista

Redução de 95% do valor dos juros de mora, de 95% da multa e, quando o débito não estiver ajuizado, de 75% dos honorários advocatícios;

- Pagamento em até cinco anos

Redução de 65% do valor dos juros de mora, de 55% da multa e, quando o débito não estiver ajuizado, de 50% dos honorários advocatícios;

- Pagamento em até dez anos

Redução de 45% do valor dos juros de mora, de 35% da multa e, quando o débito não estiver ajuizado, de 35% dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em 61 a 120 parcelas;

Em relação aos débitos não tributários, o PPI 2024 oferece:

- Pagamento à vista

Redução de 95% do valor dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajuizado, de 75% dos honorários advocatícios;

- Pagamento em até cinco anos

Redução de 65% do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajuizado, de 50% dos honorários advocatícios;

- Pagamento em até dez anos

Redução de 45% do valor dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajuizado, de 35% dos honorários advocatícios.

Formas de pagamento – Os contribuintes que optarem pelo pagamento parcelado deverão arcar com o pagamento de parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Os valores mínimos estabelecidos para cada parcela são de R$ 50,00 para pessoas físicas e R$ 300,00 para pessoas jurídicas. A formalização do pedido de ingresso no PPI 2024 implica o reconhecimento dos débitos nele incluídos.

Confira outros detalhes do PPI 2024 no Decreto nº 63.341/2024.

Concessão vai gerar R$ 4 bi de investimentos em melhorias nas rodovias

O projeto de concessão do Lote Litoral de rodovias prevê investimentos de R$ 4,3 bilhões em melhorias nos trechos que ligam o Alto Tietê ao litoral sul do Estado de São Paulo.

Os recursos serão aplicados em duplicação, ampliação de vias, acessos, melhorias em dispositivos de acesso e retorno, obras de infraestrutura viária, além de serviços como atendimento por equipes de socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento das rodovias por sistemas de câmeras.

A concessão integra o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SP), com 30 anos de contrato. Contempla 213 km das rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga), que passam pelos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu. A fiscalização contratual será de responsabilidade da Artesp.

Ao todo, serão mais de 90 km de duplicações, 10 km de faixas de ultrapassagem e 47 km de acostamentos. Também serão construídos 73 km de ciclovias e 27 novas passarelas para passagens de pedestres.

Além disso, a iniciativa prevê a adoção do sistema automático livre para o pagamento de tarifas de pedágio, também conhecido como Free Flow. O modelo permite que motoristas trafeguem sem a necessidade de parar em praças físicas de pedágio e traz tarifas mais justas de acordo com o trecho rodado.

O trecho entre os municípios de Arujá e Mogi das Cruzes será completamente duplicado. Entre a SP-070 e Mogi, a concessão prevê três faixas de rolamento, para eliminação de gargalos rodoviários. Já o deslocamento entre Mogi e Bertioga contará com faixas adicionais, acostamento e rampas de escape que darão mais segurança aos motoristas.

O trecho Bertioga-Santos também será duplicado e terá ciclovia em toda a sua extensão. Já o trajeto entre Peruíbe e Praia Grande vai ganhar vias marginais e dispositivos para garantir a conectividade dentro das cidades. Miracatu-Peruíbe é outro trecho que passará por duplicação das vias, além de incluir dispositivos viários, marginais e passarelas.

A licitação do trecho será na modalidade concessão patrocinada, que é uma forma de parceria público-privada (PPP) que prevê a outorga de serviços públicos com cobrança de tarifa dos usuários e a aplicação de recursos por parte do Estado em forma de contraprestação.

Sendo assim, o leilão será pelo critério de menor valor da contraprestação pública a ser paga pelo Poder Concedente em favor da concessionária. Ou seja, a empresa que der o maior percentual de desconto sobre esse valor – fixado pelo Governo em R$ 199 milhões – será a vencedora do certame.

Poderão participar do leilão: sociedades e demais pessoas jurídicas, entidades brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio.

O Governo de São Paulo tem previsão para 13 projetos em leilões ao longo de 2024. O primeiro deles foi o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, que vai ligar a cidade de São Paulo a Campinas, em fevereiro.

A carteira de projetos de concessões, desestatizações e parcerias da atual gestão estadual é estimada em mais de R$ 220 bilhões em capital privado, com 20 projetos qualificados e a previsão de 44 leilões até o final de 2026.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereadora Rute Costa (PL) não comenta sobre ser vice do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Sua irmã, a ex-vereadora e atual deputada na ALESP Marta Costa (PSD) foi vice do Andrea Matarazzo (PSD) em 2020

.

PREFEITURA (São Paulo)
Em 2020, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) se apresentava - vice do Covas - como cristão católico, conservador nos costumes e político de centro. Em 2024, apresenta-se pela reeleição 2024 com o mesmo perfil

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Alguns suplentes de deputados e deputadas que vão disputar prefeituras na Grande SP e interior tão se empenhando bem mais do que nas suas próprias campanhas 2022. Eles e elas podem ganhar 2 anos de mandato

.

GOVERNO (São Paulo)
Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) não tá preocupado em explicar porque escolheu o 3º mais votado pra comandar o Ministério Público estadual, no caso o procurador Paulo Sérgio de Oliveira e Costa

.

CONGRESSO (Brasil)
Senador Pacheco (PSD Minas) segue firme pela criminalização pra quem traficar qualquer tipo e quantidade de drogas e agora por traficar qualquer tipo e quantidade de drogas. Ele não quer o Supremo legislando

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ainda na esteira das drogas : presidente Lula (dono do PT) tá viajando pra Colômbia, país que foi refém do narcotráfico. Já Haddad (Fazenda) tá viajando pros EUA, pra tratar de ecologia e da taxação dos nossos ricos

.

PARTIDOS (Brasil)
Quem diz que o espírito do PTB não morreu, o Partido Renovação Democrática [no qual foi transformado] tem hoje 4 deputados. Quem tentou fundá-lo [anos 1960] foi Carlos Lacerda, inimigo mortal do Getulismo

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Ministro (Supremo) Alexandre Moraes não parece nem um pouco preocupado pelo fato do empresário Elon Musk [dono do twitter que virou X] ter dito ao Congresso norte-americano que "ele exige corrupção da empresa"

.

HISTÓRIAS
Profecias bíblicas se cumprindo : professores e doutores da ciência da computação já admitem que a inteligência artificial pode destruir o mundo que vivemos. Poucos reconhecem a Inteligência Espiritual que DEUS nos deu

.

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Inscrições para Conselho Municipal de Tributos de São Paulo terminam dia 30

A Prefeitura abriu processo seletivo de seleção de candidatos representantes da sociedade no Conselho Municipal de Tributos (CMT) para o biênio 2024-2026. Serão selecionados doze Conselheiros Julgadores titulares e doze Conselheiros Julgadores suplentes. As inscrições vão até 30 de abril de 2024.

Publicada no Diário Oficial da Cidade, a Portaria nº 86/2024, da Secretaria Municipal da Fazenda estabelece o processo de seleção de candidatos à função de Conselheiro Julgador para mandato de dois anos, com início em 1º de julho de 2024 e termo final em 30 de junho de 2026.

Composto por representantes do governo municipal e por representantes da sociedade, o conselho decide, em última instância administrativa, as controvérsias tributárias entre os contribuintes e a administração municipal.

Para participar, o candidato deve ser portador de diploma de título universitário, ter notório conhecimento em matéria tributária, estar domiciliado no Município de São Paulo e ser indicado por entidades representativas de categoria econômica ou profissional.

As entidades interessadas deverão protocolizar requerimento endereçado ao Secretário Municipal da Fazenda, no Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda (Praça do Patriarca, 69, Centro), das 10h às 16h, ou enviar e-mail para o endereço cmt@sf.prefeitura.sp.gov.br, no prazo de 30 dias contados da data de publicação desta Portaria.

Área de atendimento no comércio se destaca entre as mais de 1 mil vagas de emprego do Cate

Entrando na segunda metade de abril, o Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo traz mais de 1.000 vagas de emprego para quem busca uma oportunidade de recolocação. Os interessados podem se candidatar até 17 de abril (quarta-feira), de forma on-line (pelo Portal), ou presencialmente em uma das unidades da rede. Com salários que vão de R$ 600 (jovem aprendiz) até R$ 4.500, a semana traz destaque para os setores do comércio e serviços como as áreas com mais oportunidades na semana.

"O Cate está em um momento ótimo, com novos pontos de atendimento sendo abertos, como as unidades presentes no Descomplica SP, e ampla oferta de vagas. Isso é devido ao empenho do poder público, reconhecendo a importância desse serviço que aproxima a população do emprego digno, oferece atendimento humanizado, prepara para o mercado de trabalho e ajuda as empresas a aumentarem a inclusão nas suas equipes", explica a secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Eunice Prudente.

O atendimento segue liderando o pódio de áreas com mais postos disponíveis, contando com mais de 270 vagas abertas em lojas, lanchonetes, supermercados, recepção, entre outros. A maioria exige que os candidatos tenham completado o ensino médio ou estejam cursando. Boa parte delas não exige experiência profissional. A remuneração varia de R$ 1.177 a R$ 1.893, geralmente com escalas de 6x1.

A cozinha, ou preparo de alimentos, é outra área que concentra vagas, também em estabelecimentos como restaurantes e lanchonetes. Mais de 100 oportunidades se distribuem entre as funções de açougueiro, cozinheiro, auxiliar, cumim e copeiro. Grande parte exige experiência de no mínimo seis meses e o ensino fundamental completo. Com salários que vão de R$ 1.449 a R$ 2.344.

Também estão abertas mais de 70 vagas em postos de manutenção, mecânica, elétrica e encanamento. É necessário ter pelo menos o fundamental completo, seis meses de experiência e, além disso, algumas também requerem que o candidato possua cursos com certificação ou CNH. Com escalas que variam entre 5x2 e 6x1, com salários que variam de R$ 1.800 até R$ 4.000.

Para consultar outras vagas, visite o Portal Cate ou uma das unidades físicas da rede de postos da Prefeitura de São Paulo. Ao se candidatar, tenha em mãos RG, CPF e carteira de trabalho (inclusive a digital).

Serviço

Processos seletivos para vagas de emprego no Cate

Dias: até 17 de abril, quarta-feira, às 18h

Inscrição: Portal Cate

Ou em uma das 27 unidades do Cate

Horário de funcionamento: das 8h às 17h

É necessário apresentar RG, CPF e a carteira de trabalho (que pode ser a digital).

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SINDICATO DE HOTÉIS E MEIOS DE HOSPEDAGEM DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA
CNPJ 62.648.209/0001-13
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocadas as empresas associadas contribuintes efetivas integrantes da categoria patronal de hotéis, motéis, apart-hotéis, flats, hospedarias, pousadas, hostels e outros meios de hospedagem estabelecidos em sua base territorial (São Paulo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Poá, Suzano e Taboão da Serra) e que atendam aos requisitos estatutários para exercício do direito de voto, para Assembleia Geral a ser realizada no dia 10 de junho de 2024, no edifício-sede do sindicato,situado no Largo do Arouche, 290, 3º andar, Vila Buarque, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, às 10 horas, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: "Apresentação das propostas da Diretoria para modificação e alteração de dispositivos do estatuto social da entidade, bem como aprovação da redação final e respectiva consolidação do novo Estatuto Social do sindicato". Tendo em vista que o art. 89, § 3º, do Estatuto Social vigente dispõe que "a Assembleia Geral Extraordinária que irá a reforma estatutária deverá obter 2/3 (dois terços) do quadro associativo favorável à revisão proposta pela Diretoria", a Assembleia Geral Extraordinária somente será realizada em primeira convocação com a presença de quantidade de empresas associadas suficiente para preencher o quórum estatutário para deliberação e aprovação da reforma estatutária. Não havendo o número legal de representantes legais das empresas associadas necessário para a instalação da assembleia e aprovação da reforma e consolidação estatutária em primeira convocação, a Assembleia Geral Extraordinária será realizada em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 10 horas e 30 minutos, com número de empresas associadas suficiente para preencher o mencionado quórum previsto no art. 89, § 3º, do Estatuto Social vigente.

São Paulo, 16 de abril de 2024. **Nelson de Abreu Pinto, Presidente.**

SINDICATO DE HOTÉIS E MEIOS DE HOSPEDAGEM DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA
CNPJ 62.648.209/0001-13
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente edital, ficam convocadas as empresas associadas contribuintes efetivas integrantes da categoria patronal de hotéis, motéis, apart-hotéis, flats, hospedarias, pousadas, hostels e outros meios de hospedagem estabelecidos em sua base territorial (São Paulo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Poá, Suzano e Taboão da Serra) e que atendam aos requisitos estatutários para exercício do direito de voto, para Assembleia Geral a ser realizada no dia 10 de junho de 2024, no edifício-sede do sindicato,situado no Largo do Arouche, 290, 3º andar, Vila Buarque, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, às 9 horas, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Leitura e aprovação, por escrutínio secreto, das contas e do balanço financeiro do exercício de 2023, instruído com o parecer do Conselho Fiscal, nos termos dos arts. 62, "a", e 73, "a", "b" e "d", do Estatuto Social da entidade; e **2)** Leitura e aprovação da previsão orçamentária para o ano de 2025. Não havendo o número legal de representantes legais das empresas associadas para a instalação em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 9 horas e 30 minutos, com a presença de qualquer número de empresários representantes das empresas associadas. A assembleia poderá ser presidida virtualmente, sendo que será admitida participação de interessados por meio eletrônico, desde que devidamente identificados e com direito a voto.

São Paulo, 16 de abril de 2024. **Nelson de Abreu Pinto, Presidente.**

Jornal O DIA SP

Inflação de março pesou menos para famílias de renda alta, aponta Ipea

As famílias com renda mensal alta (acima de R$ 21.059,92) sentiram menos o peso da inflação, em março, se comparadas com os lares de renda muito baixa (menor que R$ 2.105,99). Enquanto a inflação oficial do país ficou em 0,16%, o peso para o bolso das famílias que estão no topo da pirâmide foi de 0,05%. Já para a base, 0,22%.

A análise faz parte do estudo Indicador de Inflação por Faixa de Renda, divulgado na segunda-feira (15), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

O Ipea faz o desdobramento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de fevereiro para março, a inflação das famílias de renda alta passou de 0,83% para 0,05. No caso das famílias de renda muito baixa, a desaceleração no período foi menos expressiva, de 0,78% para 0,22%.

A análise da pesquisadora Maria Lameiras destaca que os preços dos alimentos no domicílio e dos combustíveis explicam grande parte deste alívio inflacionário em março. Mas as famílias de renda alta foram mais beneficiadas pela descompressão do grupo educação, que em fevereiro tinha sido impactado por reajuste de mensalidades escolares.

Um dos principais motivos para grupos familiares sentirem inflações diferentes é devido o perfil de consumo desses lares. Os mais pobres, por exemplo, têm o orçamento mais sensível a mudança nos preços de alimentos.

Já as famílias mais endinheiradas sentem mais alterações no custo de passagens aéreas, por exemplo. Esse item apresentou recuo de 9,1% em março, o que levou a uma "descompressão ainda mais significativa para a faixa de renda alta", segundo o Ipea.

Doze meses

No acumulado de 12 meses, há uma inversão. As famílias de renda muito baixa percebem um aumento de 3,25% no custo de vida, abaixo da média nacional, 3,93%. Já os lares com renda alta tiveram inflação de 4,77%.

Nesse período, a maior contribuição de inflação para famílias de menor renda são os alimentos, que subiram 0,79%. No caso das famílias de renda alta, os maiores pesos ficaram com os itens transportes (0,97%) e saúde e cuidados pessoais (0,99%). (Agência Brasil)

Campo de Búzios atinge marca de 1 bilhão de barris de petróleo

Maior em águas ultraprofundas do mundo, o Campo de Búzios, na Bacia de Santos, atingiu no fim de março a marca de 1 bilhão de barris de petróleo produzidos, anunciou na segunda-feira (15) a Petrobras.

Em junho do ano passado, Búzios já havia registrado a produção acumulada de 1 bilhão de barris de óleo equivalente – que considera óleo em barris somado à produção de gás natural, convertida para barris equivalentes de óleo (boe). Agora, a cifra inclui apenas a produção de petróleo.

O campo é operado pela estatal brasileira em consórcio com a Pré-Sal Petróleo (PPSA) e as chinesas CNOOC e CNODC. Búzios começou a ser operado em 2018 e tem produção em cinco unidades, os FPSOs (navios-plataformas) P-74, P-75, P-76, P-77 e Almirante Barroso.

Para dar uma ideia da dimensão do campo, a Petrobras explica que a espessura de seu reservatório tem a mesma altura que o Pão de Açúcar, e sua extensão corresponde a mais que o dobro que a Baía de Guanabara. O campo está localizado a 180 km da costa, e a mais de 2 mil metros de profundidade.

Búzios é considerado o maior campo de petróleo do mundo em águas ultraprofundas em extensão e em reservas. Apesar disso, ele ainda não é o campo mais produtivo do Brasil, posição que é ocupada pelo Campo de Tupi, que respondeu por um quarto (25%) da produção marítima de óleo e gás do Brasil no ano passado, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), enquanto a fatia de Búzios no total foi de cerca de 18%.

A Petrobras explica que Tupi supera Búzios porque entrou em operação há mais tempo, mas a tendência é que isso mude. Segundo a ANP, em 2023, a produção de petróleo do Campo de Búzios aumentou 10,28%, enquanto a do Campo de Tupi caiu 3,5%.

A empresa projeta ainda um aumento na produção no Campo de Búzios, com novos sistemas de produção que serão instalados nos próximos anos. A capacidade do campo será elevada para a casa dos 2 milhões de barris de óleo por dia até 2030. (Agência Brasil)

Projeto da LDO mantém meta de déficit zero para 2025

Enviado na segunda-feira (15) ao Congresso Nacional, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 adiou o compromisso da equipe econômica de zerar o déficit primário – resultado nas contas do governo sem os juros da dívida pública. A proposta manteve em zero a meta de resultado primário para 2025, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para mais ou para menos.

O texto projeta superávit de 0,25% do PIB para 2026, 0,5% em 2027 e 1% em 2028. Como em todos os anos, há a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, a obtenção de superávit primário, na prática, só está garantida a partir de 2026, último ano do atual governo.

Até agora, a equipe econômica trabalhava com déficit zero em 2024 e superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e de 1% do PIB em 2026, também com a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual. No entanto, as receitas extras que estão entrando nos cofres federais em 2024 não deverão se repetir em 2025, dificultando o cumprimento das metas anteriores.

Em valores absolutos, o PLDO prevê que o resultado primário poderá variar entre déficit de R$ 31 bilhões e superávit primário de R$ 31 bilhões em 2025, considerando a margem de tolerância. Para 2026, o texto prevê superávit de R$ 33,1 bilhões, com o resultado variando de zero a superávit de R$ 66,2 bilhões.

Para 2027, o governo prevê superávit de R$ 70,7 bilhões, variando de resultado positivo de R$ 35,3 bilhões a R$ 106 bilhões. Para 2028, o projeto estima superávit primário de R$ 150,7 bilhões, com o intervalo entre R$ 113 bilhões e R$ 188,4 bilhões.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha informado, em entrevista à emissora de televisão GloboNews, que a meta de resultado primário estava em zero no próximo ano. Na semana passada, o ministro tinha defendido uma meta fiscal "factível" para 2025 para dar credibilidade ao novo arcabouço fiscal.

Além da diminuição de receitas extraordinárias, que não se repetirão em 2025, o governo enfrenta desafios com o Congresso. Os parlamentares querem manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à Previdência Social por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos. No início do mês, Haddad cobrou um pacto entre os Poderes e responsabilidade do Congresso Nacional na gestão das contas públicas.

O PLDO de 2025 propõe medidas de revisão de gastos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e nas indenizações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para os próximos anos. A economia total chegaria a R$ 37,3 bilhões, dividida da seguinte forma: R$ 9,2 bilhões em 2025 e R$ 9,3 bilhões por ano entre 2026 e 2028.

Em relação ao INSS, o governo quer economizar R$ 7,2 bilhões por ano em 2025 e 2026, R$ 7,1 bilhões em 2027 e R$ 7 bilhões em 2028. No Proagro, o projeto prevê economia de R$ 2 bilhões em 2025, R$ 2,1 bilhões em 2026, R$ 2,2 bilhões em 2027 e R$ 2,3 bilhões em 2028.

Esse foi o primeiro projeto da LDO enviado ao Congresso dentro das regras do novo arcabouço fiscal. Pela regra que limita o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 70% do crescimento real da receita, as despesas federais poderão subir até 5,92% em 2025, 6,39% em 2026, 2,94% em 2027 e 2,05% em 2028.

Em valores absolutos, o governo federal poderá gastar até R$ 2,222 trilhões em 2025, R$ 2,35 trilhões em 2026, R$ 2,48 trilhões em 2027 e R$ 2,61 trilhões em 2028. Desse total, o Poder Executivo poderá gastar até R$ 2,136 trilhões em 2025, R$ 2,258 trilhões em 2026, R$ 2,385 trilhões em 2027 e R$ 2,507 trilhões em 2028.

Estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal, os limites de crescimento dos gastos, na prática, funcionam como um teto de gastos atenuado. Os limites para os demais Poderes – Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União – ficaram definidos da seguinte forma: R$ 86,9 bilhões em 2025, R$ 91,9 bilhões em 2026, R$ 97 bilhões em 2027 e R$ 102 bilhões em 2028. (Agência Brasil)

União pagou R$ 590,8 milhões de dívidas de estados em março

O Tesouro Nacional pagou, em março, R$ 590,78 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R$ 234,49 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do governo do Rio Grande do Sul. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R$ 161,11 milhões do estado do Rio de Janeiro e R$ 120,55 milhões de Minas Gerais.

A União também cobriu, no mês passado, R$ 74,63 milhões de dívidas de Goiás. Em 2024, o governo federal ainda não pagou dívidas em atraso de municípios.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na segunda-feira (15) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R$ 2,24 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R$ 1,091 bilhão coube a Minas Gerais, R$ 566,91 milhões ao estado do Rio de Janeiro, R$ 355,08 milhões ao Rio Grande do Sul e R$ 226,98 milhões a Goiás.

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro caiu em 2024. Em 2023, além dos estados acima, a União honrou garantias do Maranhão, de Pernambuco, do Piauí e do Espírito Santo.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Posteriormente, a corte mediou negociações para a inclusão ou a continuidade de governos estaduais no regime de recuperação fiscal (RRF), que prevê o parcelamento e o escalonamento das dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos. Nos últimos anos, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fecharam acordos com o governo federal.

No início da pandemia de covid-19, a corte concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não foram executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo.

Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao RRF, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. No fim de 2020, o ministro Luiz Fux, do STF concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal. Em junho do ano passado, o estado, em acordo mediado pelo STF, concluiu as negociações com a União para continuar no RRF.

Também em junho de 2022, o Rio Grande do Sul fechou acordo com a União e teve o plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida da União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais.

Em maio de 2020, o STF autorizou o governo goiano a aderir ao pacote de recuperação fiscal em troca da adoção de um teto de gastos estadual. Em dezembro de 2021, Goiás assinou a adesão ao RRF, que permite a suspensão do pagamento de dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos.

O único estado endividado a não ter aderido ao RRF é Minas Gerais. Em julho de 2022, o ministro Nunes Marques, do STF, concedeu liminar que permite ao estado negociar um plano de ajuste com a União sem a necessidade de reformar a Constituição estadual. No mesmo mês, o Tesouro Nacional publicou uma portaria autorizando o governo mineiro a elaborar uma proposta que oficialize o ingresso no programa.

Atualmente, a Assembleia Legislativa de Minas analisa um projeto de lei do RRF estadual. Em novembro do ano passado, o governo concordou com a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de federalizar as estatais locais para pagar das dívidas do estado com a União. Em dezembro, Nunes Marques prorrogou a data-limite de adesão ao RRF para 20 de abril deste ano. (Agência Brasil)

Brasil monitora impacto do conflito Irã x Israel no preço do petróleo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou na segunda-feira (15) a criação de um grupo de trabalho para acompanhar eventuais impactos do ataque do Irã a Israel no sábado (12) no mercado nacional de petróleo. "O Brasil, como todos os países do mundo, sofre impactos quando há restrição de produção ou de comercialização do petróleo", disse.

À imprensa, o ministro informou que já coordenou, na segunda-feira, uma primeira reunião para avaliar a crise internacional e acompanhar a variação de preços do barril do petróleo no mercado internacional. "É importante que a gente esteja atento. O ministério está debruçado. Hoje mesmo, já fiz uma reunião cedo com a Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis [do MME], a fim de que a gente possa, em um grupo de monitoramento permanente da oscilação do preço do Brent [petróleo cru], que eu acabei de criar, estar atentos e agir de pronto com os mecanismos que nós temos e que respeitem, mais uma vez, a governança do setor privado e também da própria Petrobras, que é uma empresa de economia mista."

Silveira se declarou como um "realista esperançoso" em relação à possibilidade de escalada da tensão no Oriente Médio e disse que neste momento não há elementos concretos que indiquem se haverá "confrontos mais frontais ou mais vigorosos". Segundo ele, o Brasil se prepara para enfrentar um cenário mais crítico.

O ministro disse que, o MME estará em contato com a Petrobras, distribuidoras de combustíveis e com os demais membros da cadeia de suprimentos do petróleo no Brasil para que o país se prepare para um possível aumento do conflito internacional.

"Tenho esperança de que não aconteça acirramento do conflito entre Irã x Israel. Mas, como foge à nossa esfera de gestão, nos cabe acompanhar de perto, para que não tenha o mínimo risco de falta de suprimento, muito menos impactos mais dramáticos na economia nacional", declarou Alexandre Silveira.

O ministro deu as declarações em entrevista coletiva à imprensa, na Casa do G20, em Brasília, após abrir, no local, a primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho (GT) de Transições Energéticas do G20. Esse grupo reúne as maiores economias do mundo, mais a União Africana e União Europeia. O GT é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, durante a presidência rotativa do Brasil, até novembro deste ano.

No encontro, os membros do GT debateram o acesso ao financiamento da transição energética para evoluir para uma economia de baixo carbono.

Alexandre Silveira destacou a necessidade de se reduzir a dependência dos combustíveis fósseis à base de carvão ou petróleo, o uso brasileiro de fontes de energia renováveis, como hidrelétricas, eólicas, solares e, por fim, o biodiesel e o etanol, como fontes renováveis e mais baratas de geração de energia.

Em sua fala aos participantes do encontro, o ministro destacou ainda que a transição energética representa uma oportunidade econômica para fazer justiça com os países que mais contribuem para a sustentabilidade do planeta. Ele defendeu que as nações com renda *per capita* maior do que a de países de desenvolvimento paguem a conta para os países do chamado Sul global, para que a transição energética seja efetiva, justa e inclusiva.

"Não há como se avançar na transição energética sem reconhecer que os US$ 4,5 trilhões estabelecidos na COP [28º Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima] em Dubai, para produção de energias limpas e renováveis até 2030, para o cumprimento do Acordo de Paris, só vai acontecer se os países industrializados começarem a reconhecer a necessidade de cumprirem o acordo de Copenhague, que estabeleceu US$ 100 milhões por ano em investimentos nessas energias."

O ministro ainda defendeu que os impactos da sustentabilidade somente serão concretos se a gestão for global. "Porque o carbono não tem fronteiras, nós vivemos em um único ecossistema, então ninguém consegue barrar o carbono na fronteira dos seus países." (Agência Brasil)

CNJ determina afastamento de Gabriela Hardt, ex-juíza da Lava jato

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, determinou na segunda-feira (15) o afastamento da juíza federal Gabriela Hardt, ex-magistrada da Operação Lava Jato.

Gabriela atou como substituta do ex-juiz Sergio Moro na 13ª Vara Federal em Curitiba. Atualmente, ela trabalha em uma vara recursal da Justiça Federal no Paraná.

Salomão também decidiu afastar das funções dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e um juiz da 13ª Vara Federal em Curitiba. A decisão atinge os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores, Loraci Flores de Lima e o atual juiz da Lava Jato Danilo Pereira Júnior.

Os afastamentos foram determinados de forma cautelar e serão analisados na sessão desta terça-feira (16) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nas decisões, o corregedor citou supostas irregularidades cometidas pelos magistrados durante os trabalhos de investigação da Lava Jato.

Para afastar a juíza, Salomão afirmou que a magistrada cometeu irregularidades em decisões que autorizaram o repasse de cerca de R$ 2 bilhões oriundos de acordos firmados com os investigados, entre 2015 e 2019, para um fundo que seria gerido pela força-tarefa da Lava Jato. Os repasses foram suspensos em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o corregedor, Gabriela Hardt pode ter cometido o que chamou que "recirculação de valores", direcionando os recursos obtidos em acordos de delação e leniência com investigados na operação.

"Os atos atribuídos à magistrada Gabriela se amoldam também a infrações administrativas graves, constituindo fortes indícios de faltas disciplinares e violações a deveres funcionais da magistrada, o que justifica a intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça", justificou Salomão.

A decisão também indica que Gabriela Hardt pode ter discutido os termos do acordo "fora dos autos" e por meio de aplicativo de mensagens WhatsApp.

"A decisão da magistrada, homologação do acordo, foi baseada exclusivamente nas informações incompletas (e até mesmo informais, fornecidas fora dos autos e sem qualquer registro processual) dos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato, sem qualquer tipo de contraditório ou intimação da União Federal", completou o corregedor.

A assessoria de imprensa da Justiça Federal em Curitiba informou que a juíza não vai se manifestar sobre o afastamento.

Os desembargadores do TRF 4 são acusados pelo CNJ de descumprimento de uma decisão do Supremo que suspendeu os processos contra o ex-juiz da Lava Jato Eduardo Appio. Eles faziam parte da 8ª turma do TRF, colegiado que deliberou sobre o caso e afastou Appio do cargo.

"O comportamento deliberado de descumprimento de ordem emanada da Suprema Corte contribui para um estado de coisas que atua contra a institucionalidade do país, tornando, por isso, gravíssimas as condutas em análise, frontalmente incompatíveis com a dignidade das funções de magistrado", afirmou o corregedor.

Procurado pela reportagem, o TRF4 ainda não se manifestou. (Agencia Brasil)

Governadores discutem renegociação de dívidas com presidente do Senado

Governadores de cinco estados se reuniram, na segunda-feira (15), com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para discutir o refinanciamento das dívidas estaduais.

Estiveram presentes na residência oficial do Senado os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás.

Para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, é preciso uma renegociação justa com a União.

"Os estados estão engessados devido a essas correções das dívidas que chegam a níveis estratosféricos, não restando nada para que os governos invistam em poder atender as necessidades de crescimento. O que nós estamos pedindo são indexadores justos e uma renegociação para que haja também uma flexibilização no teto de investimentos para que não sejamos engessados na maneira como estão vivendo hoje a maioria dos estados", disse o governador.

Caiado destacou que a proposta é que as dívidas sejam corrigidas pela inflação medida pelo IPCA mais 1%.

Outro pedido dos estados é que ativos dos governos possam ser usados para abatimento de dívidas, como a federalização de estatais estaduais, por exemplo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, vem mediando as demandas dos estados com as propostas do governo federal.

"Nós pretendemos, ainda no mês de abril, devidamente alinhado com o ministro Fernando Haddad e sua equipe, e com o governo federal, iniciar o processo legislativo, com uma lei complementar que englobe todas essas alternativas e estabeleça um programa real e sustentável para pagamento efetivo dessas dívidas", adiantou o presidente do Senado.

No final de março, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou uma proposta de redução das dívidas dos estados vinculadas a contrapartidas de ampliação do ensino técnico estadual.

Segundo o Ministério da Fazendo, as dívidas dos estados chegam hoje a R$ 740 bilhões, sendo que quase 90% desse valor são de débitos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. (Agência Brasil)

Associação defende revogação de medida que afastou juízes federais

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) defendeu, na segunda-feira (15), a revogação da decisão do corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, que afastou das funções a juíza federal Gabriela Hardt, sucessora de Sergio Moro no comando da Operação Lava Jato, e de mais um juiz e dois desembargadores.

Em nota à imprensa, a Ajufe diz que recebeu a decisão com surpresa. Para a associação, a medida só poderia ser tomada pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"O órgão com a competência natural para deliberar por tal afastamento é o plenário do Conselho Nacional de Justiça, tanto que [está] pautada a matéria para julgamento na sessão desta terça-feira, dia 16/04/2024, revelando-se inadequado o afastamento por decisão monocrática e na véspera de tal julgamento", afirma a associação.

Além disso, a Ajufe também defende a atuação dos magistrados. "Os magistrados e magistrada afastados pela decisão monocrática acima referida possuem conduta ilibada e décadas de bons serviços prestados à magistratura nacional, sem qualquer mácula nos seus currículos, sendo absolutamente desarrazoados os seus afastamentos das funções jurisdicionais", conclui a associação.

Para afastar a juíza, Luis Felipe Salomão afirmou que a Gabriela Hardt cometeu irregularidades em decisões que autorizaram o repasse de cerca de R$ 2 bilhões oriundos de acordos firmados com os investigados na Lava Jato, entre 2015 e 2019, para um fundo que seria gerido pela força-tarefa da operação. Os repasses foram suspensos em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão também indica que Gabriela Hardt pode ter discutido os termos do acordo "fora dos autos" e por meio de aplicativo de mensagens WhatsApp.

A assessoria de imprensa da Justiça Federal em Curitiba informou que a juíza não vai se manifestar sobre o afastamento.

A liminar que autorizou o afastamento dos magistrados será julgada nesta terça-feira (16) pelo plenário do CNJ. (Agência Brasil)

Delegados alertam sobre corte no orçamento da PF

A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) divulgou nota na qual alerta que, caso se concretizem os cortes previstos para o orçamento da corporação, haverá riscos para a manutenção de serviços. De acordo com a associação, a falta de recursos poderá inclusive inviabilizar a deflagração de algumas operações investigativas.

O contingenciamento de recursos supera a marca de R$ 100 milhões. Segundo a ADPF, se forem confirmados os cortes, não haverá recurso suficiente para o pagamento de diárias dos servidores, já que o dinheiro que deveria ser usado para essa finalidade foi antecipado de maio para abril.

"Consequentemente, isso vai causar o cancelamento de grandes operações e também impedir a atuação de policiais federais nas regiões mais vulneráveis do país", diz nota da ADPF.

Para a associação, o corte no orçamento prejudicará também serviços como emissão de passaporte e de imigração, prejudicando estrangeiros que venham a entrar no país.

"A ADPF entende as dificuldades econômicas e financeiras que o governo pretende solucionar, mas espera que haja imediato remanejamento de despesas e melhor gestão desses recursos para que sejam aplicados de forma inteligente e contemplando a necessidade de custeio e retomada de investimentos na PF", complementa a nota.

Contatado pela **Agência Brasil**, o Ministério da Justiça explicou que remanejamentos e cortes orçamentários ocorrem para enquadramento no Regime Fiscal Sustentável, em nome da sustentabilidade fiscal do país, mas destacou que já está atuando para recompor parte do orçamento.

"No entanto, cabe afirmar que a gestão do ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, por meio do secretário executivo, Manoel Carlos de Almeida Neto, está em tratativas com a Junta de Execução Orçamentária e, especialmente, com o Ministério do Planejamento e Orçamento para que seja viabilizada a recomposição de parte do orçamento previsto, para minimizar os impactos na execução das ações previstas para 2024", informou a pasta. (Agência Brasil)

Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em março e abril

Cerca de 3,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada nascidos em março e abril podem sacar, a partir da segunda-feira (15), o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) em 2024. A quantia está disponível no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital e no Portal Gov.br.

Ao todo, a Caixa Econômica Federal liberará R$ 4 bilhões neste mês. Aprovado no fim do ano passado, o calendário de liberações segue o mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o número final de inscrição do Pasep. Os pagamentos ocorrem de 15 de fevereiro a 15 de agosto.

Neste ano, cerca de R$ 27 bilhões poderão ser sacados. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o abono salarial de 2024 será pago a 24,87 milhões de trabalhadores em todo o país. Desse total, 21,98 milhões trabalham na iniciativa privada e receberão o abono do PIS e 2,89 milhões de servidores públicos, empregados de estatais e militares têm direito ao Pasep.

O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal e o Pasep, pelo Banco do Brasil. Como ocorre tradicionalmente, os pagamentos serão divididos em seis lotes. O saque poderá ser feito desde o dia de liberação do lote até 27 de dezembro de 2024. Após esse prazo, será necessário aguardar convocação especial do Ministério do Trabalho e Previdência. (Agencia Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Ecom Energia Holding S.A. - CNPJ nº 12.136.137/0001-57

ecom energia em evolução

Demonstrações Financeiras no Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Expressos em milhares de Reais)

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação de nossos Acionistas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo/Circulante	**7.017**	**4.473**	**145.488**	**131.201**
Caixa e equivalentes de caixa	6.521	3.812	19.620	23.417
Contas a receber	-	61	54.890	31.337
Tributos a recuperar	243	189	12.187	7.701
Valor justo dos contratos de energia	-	-	44.199	66.455
Partes relacionadas	159	377	164	383
Outras contas a receber	93	34	14.429	1.908
Não circulante	**96.458**	**56.809**	**22.805**	**14.337**
Realizável a longo prazo	**5.428**	**4.009**	**76.023**	**37.932**
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.611	-
Valor justo dos contratos de energia	-	-	64.817	29.756
Outras contas a receber	-	650	-	650
Tributos diferidos	5.428	3.359	5.428	3.359
Depósitos judiciais	-	-	4.167	4.167
Investimentos	95.962	56.809	9.017	2.561
Imobilizado	-	-	5.216	4.884
Intangível	496	-	6.413	2.799
Direito de uso	-	-	2.159	4.093
Total do ativo	**108.903**	**65.291**	**244.316**	**183.470**

Balanços patrimoniais individuais e consolidados	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**10.909**	**3.765**	**113.130**	**98.969**
Fornecedores	9	42	47.789	28.283
Adiantamento de clientes	-	-	728	1.402
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.156	1.386
Arrendamento mercantil	-	-	1.833	1.382
Salários, provisões e contribuições sociais	686	564	2.000	1.580
Obrigações tributárias	9	20	3.865	3.220
Provisão para participação nos lucros	920	500	3.065	2.707
Valor justo dos contratos de energia	-	-	33.678	54.440
Partes relacionadas	-	39	7.081	1.230
Dividendos a pagar	9.286	2.600	9.286	2.600
Outras contas a pagar	-	-	2.650	739
Não circulante	**-**	**-**	**29.871**	**21.029**
Empréstimos e financiamentos	-	-	396	1.552
Arrendamento mercantil	-	-	1.803	2.877
Valor justo dos contratos de energia	-	-	9.601	10.740
Passivo fiscal diferido	-	-	17.070	4.860
Provisão para contingências	-	-	1.000	1.000
Patrimônio líquido	**97.994**	**61.526**	**101.315**	**63.472**
Capital social	51.184	51.183	51.184	51.183
Reservas de capital	14.999	-	14.999	-
Transação de capital	(6.084)	(6.084)	(6.084)	(6.084)
Reserva de lucros	37.895	16.427	37.895	16.427
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**97.994**	**61.526**	**97.994**	**61.526**
Participação de não controladores	-	-	3.321	1.946
Total do passivo e patrimônio líquido	**108.903**	**65.291**	**244.316**	**183.470**

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**28.154**	**10.946**	**29.402**	**11.784**
Resultado abrangente do exercício	**28.154**	**10.946**	**29.402**	**11.784**
Atribuível a: Controladores	-	-	28.154	10.946
Não controladores	-	-	1.248	838
	28.154	**10.946**	**29.402**	**11.784**

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	-	-	454.691	418.034
Custos	-	-	(413.850)	(382.127)
Resultado do valor justo de contratos de energia	-	-	34.707	6.422
Lucro bruto	**-**	**-**	**75.547**	**42.329**
Despesas: Despesas administrativas e gerais	(6.400)	(9.658)	(33.198)	(32.277)
Outras receitas/(despesas operacionais)	(3.950)	-	(3.822)	(85)
Resultado da equivalência patrimonial	36.120	16.634	(150)	396
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	**25.770**	**6.976**	**38.378**	**10.363**
Receitas financeiras	340	651	5.686	4.476
Despesas financeiras	(26)	(40)	(1.096)	(1.315)
Resultado antes do IR e CS	**26.084**	**7.587**	**42.967**	**13.524**
IR e CS - Corrente	-	-	(3.425)	(1.926)
IR e CS - Diferido	**2.069**	**3.359**	(10.140)	186
Lucro líquido do exercício	**28.154**	**10.946**	**29.402**	**11.784**
Atribuível a: Controladores			28.154	10.946
Não controladores			1.248	838

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e da CS	26.084	7.587	42.967	13.524
Ajustes que não afetam o caixa:				
Depreciações e amortizações	-	-	3.843	2.857
Resultado equivalência patrimonial	(36.120)	(16.634)	150	(705)
Ganho (perda) com distribuição desproporcional de lucros	3.950	-	3.950	-
Provisão para liquidação de devedores duvidosos	-	-	91	-
Provisão para participação dos lucros	420	500	358	1.705
Provisão para contingências	-	-	-	(300)
Transação de capital	-	751	-	(1.812)
Baixa do imobilizado e intangível	-	-	1.000	17.827
Resultado do valor justo de contratos de energia	-	-	(34.707)	(6.422)
Aumento líquido/(redução) em ativos: Contas a receber	61	(61)	(23.553)	12.363
Tributos a recuperar	(54)	(68)	(4.486)	(4.472)
Partes relacionadas	218	3.739	219	(23)
Outras contas a receber	591	1.364	(12.521)	1.483
Aumento líquido/(redução) em passivos: Fornecedores	(33)	42	19.506	(14.911)
Adiantamento de clientes	-	-	(674)	(5.379)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	122	564	420	(275)
Impostos e contribuições a recolher	(11)	18	645	(767)
Partes relacionadas	(39)	39	5.851	(8.452)
Outras contas a pagar	-	-	1.911	246
	(4.813)	**(2.159)**	**4.971**	**6.488**
IR e CS recolhidos	-	-	(3.635)	(1.895)
Caixa líquido (utilizado nas)/gerado pelas ativ. operac.	**(4.813)**	**(2.159)**	**1.336**	**4.593**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.800)	(340)	-	-
Aumento/(redução) de invest. e venda de quotas de particip.	(6.868)	(25.000)	(5.806)	-
Recebimentos de dividendos	8.685	8.285	-	-
Adições de imobilizado e intangível	(496)	-	(6.854)	(3.000)
Caixa líquido gerado pelas/(utilizado nas) ativ. de invest.	**(7.479)**	**(17.055)**	**(12.660)**	**(3.000)**
Das atividades de financiamentos: Aumento de capital	15.000	25.000	15.000	25.000
Ingresso de empréstimos	-	-	817	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.855)	(5.960)
Dividendos pagos	-	(2.342)	(3.823)	(11.991)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**15.000**	**22.658**	**9.139**	**7.049**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.709**	**3.444**	**(2.186)**	**8.641**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.812	368	23.417	14.775
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.521	3.812	21.231	23.417
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.709**	**3.444**	**(2.186)**	**8.642**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

	Atribuível aos acionistas controladores								
				Reserva de lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Transação de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros do exercício	Total	Patrimônio líquido dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**26.183**	**-**	**(4.526)**	**1.388**	**13.640**	**-**	**36.685**	**3.125**	**39.810**
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	-	**25.000**	-	**25.000**
Transação de capital	-	-	(1.558)	-	(254)	-	**(1.812)**	-	**(1.812)**
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(6.693)	-	**(6.693)**	(2.018)	**(8.711)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.946	**10.946**	839	**11.785**
Reserva legal	-	-	-	547	-	(547)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(2.600)	**(2.600)**	-	**(2.600)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	7.799	(7.799)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	**51.183**	**-**	**(6.084)**	**1.935**	**14.492**	**-**	**61.526**	**1.946**	**63.472**
Aumento de capital	1	14.999	-	-	-	-	**15.000**	-	**15.000**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.154	**28.154**	1.248	**29.402**
Reserva legal	-	-	-	1.408	-	(1.408)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(6.686)	**(6.686)**	-	**(6.686)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	20.060	(20.060)	-	-	-
Outras movimentações de capital	-	-	-	-	-	-	-	127	**127**
Saldos em 31/12/2023	**51.184**	**14.999**	**(6.084)**	**3.343**	**34.552**	**-**	**97.993**	**3.321**	**101.315**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

1. Contexto operacional: A Ecom Energia Holding S.A. ("Companhia" ou "Grupo Ecom Energia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2010, com o objetivo principal da participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, localizada em novo escritório na Rua das Olimpíadas, nº 205 - 16º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo Ecom Energia, está envolvido na comercialização de energia elétrica, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

Diretoria

Paulo Roberto Duarte de Toledo - Sócio Diretor

Contador

Adriana Ruiz Alcazar - CRC 1SP 163264/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **ECOM Energia Holding S.A.** São Paulo - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **ECOM Energia Holding S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

São Paulo, 28 de março de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador - CRC 1 SP 254881/O-8

Sumitomo Corporation do Brasil S.A.

C.N.P.J. (MF) nº 60.492.212/0001-65

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras em milhares de Reais (MR$), relativas ao ano calendário encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo (SP) abril de 2024 - A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	221.467	321.106	Contas a pagar	3.749	1.068
Contas a receber	15.340	16.249	Passivos de arrendamento	1.960	2.683
Estoque	138	-	Salários e férias a pagar	4.719	3.912
Impostos a recuperar	3.814	5.833	Outras contas a pagar	6.240	12.002
Outras contas a receber - partes relacionadas	138.530	-	**Total do circulante**	**16.668**	**19.665**
Outras contas a receber	12.013	4.741	**Não circulante**		
Dividendos a receber	-	432	Passivos de arrendamento	2.794	4.825
Total do circulante	**391.302**	**348.361**	Provisão para contingências	637	592
Não circulante			Outras contas a pagar	362	343
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	1.519	1.666	**Total do não circulante**	**3.793**	**5.760**
Outras contas a receber	131	149	**Patrimônio líquido**		
Investimentos	34.718	53.911	Capital social	235.031	235.031
Imobilizado	1.972	2.663	Reserva legal	11.752	11.129
Direito de uso de ativo	3.786	5.888	Reserva de lucros	166.477	140.421
Intangível	701	83	Outros resultados abrangentes	408	715
Total do não circulante	**42.827**	**64.360**	**Total do patrimônio líquido**	**413.668**	**387.296**
Total do ativo	**434.129**	**412.721**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**434.129**	**412.721**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01/01/2022	**235.031**	**9.627**	**111.894**	**896**	-	**357.448**
Resultado do exercício	-	-	-	-	30.029	30.029
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	(181)	-	(181)
Transferência para reservas	-	1.502	28.527	-	(30.029)	-
Saldo em 31/12/2022	**235.031**	**11.129**	**140.421**	**715**	-	**387.296**
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.679	26.679
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	(307)	-	(307)
Transferência para reservas	-	623	26.056	-	(26.679)	-
Saldo em 31/12/2023	**235.031**	**11.752**	**166.477**	**408**	-	**413.668**

Demonstrações dos Resultados Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Receita operacional líquida	59.953	58.041
Custo das vendas e serviços prestados	(25.984)	(18.222)
Lucro bruto	**33.969**	**39.819**
Despesas administrativas e de vendas	(50.061)	(50.910)
Outras receitas	21	699
Outras despesas	(290)	(420)
Resultado antes do resultado financeiro, resultado de equivalência patrimonial e impostos	**(16.361)**	**(10.812)**
Receitas financeiras	44.138	37.086
Despesas financeiras	(4.746)	(3.486)
Receita financeira líquida	**39.392**	**33.600**
Resultado de equivalência patrimonial	11.990	15.841
Resultado antes dos impostos	**35.021**	**38.629**
Provisão IRPJ/CSLL	(8.195)	(8.824)
IRPJ/CSLL Diferidos	(147)	224
Lucro líquido do período	**26.679**	**30.029**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro 2023 e 2022

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	26.679	30.029
Variação cambial sobre investimento no exterior	(307)	(181)
Resultado abrangente total	**26.372**	**29.848**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras: 1 - Contexto Operacional: A Sumitomo Corporation do Brasil S.A., com sede em São Paulo (SP), tem como objeto social as atividades de comércio exterior, inclusive intermediações por conta própria ou de terceiros e investimentos em outras empresas. 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. 3 - Resumo das principais práticas contábeis: a) Uso de estimativa e julgamento: estimativa e julgamentos são revisadas de maneira contínua e reconhecidas no período que são revisadas. b) Receitas e Despesas: as Receitas são reconhecidas em linha com o CPC 47 e as Despesas pelo regime de competência. c) Ativos e Passivos: Provisão para Perdas são constituídas em valores suficientes para cobertura de eventuais perdas na realização; Créditos e Obrigações em moeda estrangeira são atualizadas à taxa de câmbio vigente na data do balanço; Investimentos: As participações em controladas são ajustadas pelo método de equivalência patrimonial; Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Depreciações são calculados pelo método linear com utilização de taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens; Intangível estão registrados em rubrica própria; Direito de Uso de Ativo é mensurado inicialmente pelo custo e deduzido das depreciações acumuladas; Passivos de arrendamento: Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não foram realizados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. 4 - Capital Social: Totalmente Integralizado, é composto por 134.963.671 ações ordinárias nominativas, não conversíveis e sem valor nominal, sendo 34.896.503 ações de R$ 1,00 cada e 200.134.337 ações de R$ 2,00 cada. Percentual de participação da Sumitomo Corporation é de 99,999999% e da Sumitomo Corporation Chile Limitada de 0,000001%.

Diretoria: Yuji Watanabe - Diretor Presidente - CPF: 901.622.888-83
Atsushi Inamura - Diretor Financeiro - CPF: 242.954.498-90
Leticia Teixeira Akahoshi - CRC: 1SP 332647/O-1

Demonstrações dos Fluxos de Caixa findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro do período (antes dos impostos)	35.021	38.629
Ajustes:		
Depreciação (Ativo Fixo)	1.170	1.378
Amortização (Intangível)	120	98
Investimento	167	182
Depreciação (Leasing)	2.357	2.667
Provisão de juros (arrendamento)	819	-
Ganho de capital na venda de investimentos	-	19
Reversão de provisão para contingências	45	40
Resultado na venda de ativo fixo	-	147
Imposto de renda e contribuição social	(8.195)	(8.824)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(147)	224
Resultado de equivalência patrimonial	(11.990)	(15.841)
	19.367	**18.719**
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição em contas a receber	909	(2.246)
Aumento dos impostos recuperáveis	2.019	1.140
(Diminuição) aumento em outros ativos	(6.960)	(553)
Aumento (diminuição) em contas a pagar	2.681	(101)
(Aumento) de impostos a pagar	178	310
Aumento de impostos de renda e contribuição social	8.039	4.726
Aumento (diminuição) em outros passivos	787	483
Atividades operacionais		
Juros recebidos	-	2.230
Juros pagos sobre arrendamentos	(819)	-
Dividendos recebidos	7.940	11.990
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.096)	(3.318)
Variação cambial	307	(182)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**20.352**	**33.198**
Atividades de investimento		
Compras de imóveis, plantas e equipamentos, ativos intangíveis e direito de uso	(483)	(683)
Aquisição de ativos intangíveis	(738)	-
Empréstimo concedido a partes relacionadas	(138.530)	-
Venda de associadas	22.769	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	**(116.982)**	**(683)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos do principal de arrendamentos	(3.009)	(2.261)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(3.009)**	**(2.261)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equival.	**(99.639)**	**30.254**
Saldo de caixa e equival. no início do ano	321.106	290.852
Saldo de caixa e equival. no final do ano	221.467	321.106

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS

OFICIAL - Drª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Damião Celestino Conceição , brasileiro, solteiro, nascido aos 16/10/1969, auxiliar de serviços gerais, natural de Cruz das Almas - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Joaquim Conceição e de Matilde Celestina Conceição ; e **Maria Aparecida Guimarães Santos,** brasileira, divorciada, nascida aos 06/07/1984, cozinheira, natural de Praia Grande - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edivaldo Silva Santos e de Adelia Guimarães Santos.

Cledson Rodrigues Pereira, brasileiro, divorciado, nascido aos 09/10/1976, taxista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Edmar Rodrigues Pereira e de Geralda Rodrigues Pereira; e **Andréa Aparecida Amorim Cavalcanti ,** brasileira, divorciada, nascida aos 28/08/1977, cuidadora de idosos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Severino Pereira Cavalcanti e de Maria Cremilda Amorim Cavalcanti.

José Marcelino de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 28/02/1968, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Maria Madalena de Oliveira; e **Daiane dos Santos Macêdo,** brasileira, divorciada, nascida aos 11/10/1981, auxiliar administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edivaldo Francisco de Macêdo e de Davina dos Santos Macêdo.

Filipe Evangelista dos Santos, brasileiro, divorciado, nascido aos 30/03/1992, vendedor, natural de Diadema - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Roberto Evangelista dos Santos e de Ivani dos Santos; e **Natiele Costa do Nascimento,** brasileira, solteira, nascida aos 09/04/1995, cabeleireira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Faustino Otaviano do Nascimento e de Lucilene da Costa e Silva do Nascimento.

Nathã Alves Passos, brasileiro, solteiro, nascido aos 20/11/2002, alimentador de produção, natural de Frutal - MG, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Marcos de Jesus Passos e de Mirian Alves Costa Passos; e **Nicoly Alves Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 15/10/2000, promotora de vendas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Roney Santos e de Silmara Santos Alves.

Hilquias do Amparo Pereira Homem, brasileiro, solteiro, nascido aos 16/03/1996, fiscal de piso, natural de Camacan - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Boaventura Pereira Homem e de Zorionaria do Amparo Pereira; e **Stefanie Paula Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 30/03/1995, auxiliar de limpeza, natural de Itapecerica da Serra - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Celia Cristina Silva.

Clemilson Ferreira Luiz, brasileiro, solteiro, nascido aos 07/10/1996, vendedor, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luana Carolina Ferreira Luiz; e **Natalia Borges da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 15/09/1999, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Sandro Sousa da Silva e de Eliane Borges da Silva.

8- Leonardo Braz Schiavon, brasileiro, solteiro, nascido aos 05/06/1987, médico, natural de Araraquara - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Braz Aparecido Gonçalves Schiavon e de Maria Arlete dos Santos Schiavon; e **Walkiria Tereza Corrêa Quadros,** brasileira, solteira, nascida aos 23/08/1986, enfermeira, natural de Alfenas - MG, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Reinaldo Alves de Quadros e de Maria Aparecida Corrêa.

Felipe Ricardo da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 02/04/1989, engenheiro civil, natural de Paulista - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Ricardo da Silva e de Maria José Alexandre da Silva; e **Elaine Ferreira Amorim,** brasileira, solteira, nascida aos 21/06/1983, bancária, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Altino Nunes Amorim e de Elizete Ferreira Amorim.

Paulo Henrique Borges Pimenta, brasileiro, solteiro, nascido aos 04/03/1993, motorista, natural de Diadema - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Paulo Xavier Pimenta e de Santa Pereira Borges; e **Jeniffer Thayze Costa de França,** brasileira, divorciada, nascida aos 31/03/2000, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Antonio Jeronimo de França e de Nilda Patrocinio da Costa.

Iuri Rocha Passos, brasileiro, solteiro, nascido aos 15/05/1998, desenvolvedor de sistemas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ronaldo Gomes Passos e de Rosilda Rosa da Rocha Passos; e **Amanda Antunes Cavaloti,** brasileira, solteira, nascida aos 25/05/2003, analista comercial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Ariovaldo Francisco Cavaloti e de Aparecida Regina Antunes Cavaloti.

Jeferson Farias dos Santos, brasileiro, divorciado, nascido aos 15/04/1991, porteiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Geraldo Vicente dos Santos e de Rosangela de Farias; e **Marciana Santos de Souza,** brasileira, solteira, nascida aos 23/09/1993, do lar, natural de Campos Sales - CE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Antonio Vicente de Souza e de Aldeide Santos de Souza.

Ricardo Martins da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 17/12/1991, assistente administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Severino Martins da Silva e de Marinalva Francisca da Silva Martins; e **Kethelin Bastos Sampaio,** brasileira, solteira, nascida aos 08/03/1998, auxiliar de recursos humanos, natural de São Roque - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Carlos Edson Jose Sampaio e de Criselides Bastos Rodrigues.

Jailton Rocha de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/02/1976, sapateiro, natural de Vitória da Conquista - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Geraldo Viana de Oliveira e de Florisbela Abade Rocha Oliveira; e **Rosania Oliveira Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 25/09/1977, do lar, natural de Belo Campo - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Salvador Francisco da Silva e de Maria Oliveira da Silva.

15- Cleivisson Felipe de Sousa, brasileiro, solteiro, nascido aos 31/01/1995, segurança patrimonial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Edilson Felix de Sousa e de Cicera da Paz Felipe; e **Bruna Aparecida da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 22/07/1988, do lar, natural de Presidente Epitácio - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Adalto José da Silva e de Maria Aparecida dos Santos Silva.

16- Alvaro Moura Dutra, brasileiro, divorciado, nascido aos 07/06/1977, agente social, natural de Açailândia - MA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Florisvaldo Passos Dutra e de Angelina Moura Dutra; e **Eliene Lima Damasceno,** brasileira, solteira, nascida aos 10/05/1980, do lar, natural de Andaraí - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Gessy Vitorio Damasceno e de Tereza Bispo de Lima.

Gabriel dos Santos Bernardes, brasileiro, solteiro, nascido aos 15/07/2000, analista de garantia, natural de Campinas - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Marcelo Aparecido Bernardes e de Fernanda Vicente dos Santos Bernardes; e **Stephanie Gomes Souza da Paixão,** brasileira, solteira, nascida aos 12/12/1998, analista de planejamento, natural de Santo André - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Renato Gomes da Paixão e de Marcia Gomes de Souza.

Heitor dos Santos Nascimento, brasileiro, solteiro, nascido aos 16/08/2001, manobrista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Joady Lopes do Nascimento e de Marta Celeste dos Santos Nascimento; e **Evelyn Delfino da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 22/05/2001, recepcionista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Adriano Batista da Silva e de Ana Rita Delfino.

Edimar Pereira Teles , brasileiro, divorciado, nascido aos 19/08/1968, ajudante de serviço, natural de Itambé - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sebastião Teles dos Santos e de Maria Pereira Santos; e **Rosenilda Santana de Lima,** brasileira, divorciada, nascida aos 04/09/1973, babá, natural de Santo Estêvão - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edvaldo Antunes de Lima e de Esmeralda Barreto de Santana.

Edson de Freitas Pinheiro Pinto, brasileiro, divorciado, nascido aos 21/01/1992, auxiliar de cozinha, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Adolfo Pinheiro Pinto e de Fidelcina de Freitas Pinto; e **Jenifer Cristina Souza Gomes,** brasileira, divorciada, nascida aos 09/12/1993, operadora de caixa, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Jose Costa Gomes e de Marlene do Carmo Silva de Souza.

Fabio Alessandro de Araujo, brasileiro, solteiro, nascido aos 24/04/1977, aposentado, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Maria Cristina de Araujo; e **Isabel Cristina da Silva,** brasileira, divorciada, nascida aos 04/07/1971, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Antonio da Silva e de Valdeli Maria da Silva.

Hércules dos Santos Gomes, brasileiro, solteiro, nascido aos 24/01/1992, motoboy, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Manoel Bernardo Gomes e de Vera Lucia dos Santos Gomes; e **Karla Eduarda Gomes Conde,** brasileira, solteira, nascida aos 15/03/1999, técnica de segurança do trabalho, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Decio Paiva Conde e de Suzana Gomes.

Jonathan Cesar Ribeiro, brasileiro, solteiro, nascida aos 30/01/2000, auxiliar de limpeza, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Paulo Sergio Ribeiro e de Regina Cesar Alves Barbosa; e **Thaynara da Silva Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 11/11/2001, cozinheira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Cosme Alves dos Santos e de Josilda da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Comunicado aos Acionistas

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada de forma híbrida (presencial e virtual), no dia 24/04/2024, às 10:00 horas, no escritório Ulhôa Canto, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Torre Executiva, 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para apreciação de deliberação sobre: em Assembleia Geral Ordinária: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31.12.2023; e (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; em Assembleia Geral Extraordinária: (i) exclusão do Conselho de Administração da Companhia e adequação do Estatuto Social às novas regras de administração; (ii) reeleição dos membros da diretoria para o próximo biênio, (iii) remuneração dos membros da diretoria; e (iv) demais assuntos de interesse geral. Os administradores esclarecem que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de tais documentos na sede da NESLIP S.A. Fica esclarecido, ainda, que a AGOE em questão não será realizada na sede da Neslip S.A. devido à limitação de espaço em tal local. Comunicamos, ainda que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Luiz Otávio Possas Gonçalves -** Presidente do Conselho

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS
RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 905.725 em 15 de dezembro de 2023 a **requerimento de JORGE MORAES PENTEADO, brasileiro, aposentado, RG nº 10.196.811-5 SSP/SP, CPF nº 193.056.308-63 e sua mulher SALETE ROSA MORAES PENTEADO, brasileira, do lar, RG nº 21.111.595-2 SSP/SP, CPF nº 276.051.018-21**, casados sob o regime da comunhão universal de bens, residentes na Rua Armando Mattar nº 20, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores dos proprietários tabulares Srs. Luiz Vicente Barros Mattos e sua mulher Therezinha de Jesus Malta Mattos e Mário de Salles Oliveira Malta e sua mulher Célia Teixeira Malta que compromissaram a Albertina Gomes dos Santos, brasileira, solteira, requerem a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA,** nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio do imóvel situado na Rua Armando Mattar nº 20, descrito conforme memorial descritivo juntado nos autos, contribuinte nº 049.449.0093-7, com origem na matrícula nº 1.845, deste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há mais de 50 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de abril de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(Atual denominação de Isec Securitizadora S.A)

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*ATUAL DENOMINAÇÃO DE ISEC SECURITIZADORA S.A)*

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação de Isec Securitizadora S.A)**, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para assembleia geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 02 de maio de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **a)** Sustar os efeitos do Vencimento Antecipado Automático da *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2021* e *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 02/2021* ("Vencimento Antecipado Automático" e "CPR-Fs", respectivamente), e, consequentemente, dos CRA, em razão da não observância do Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, verificado em 15 de março de 2024 ("Índice de Cobertura Cessão Fiduciária" e "Data de Verificação", respectivamente), sem que houvesse o reenquadramento via Reforço de Garantia, conforme cláusula 10.1, item "(c)" do Contrato de Cessão Fiduciária, e 7.1, item "(xix)" das CPR-Fs; **b)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item "**a)**" da ordem do dia, autorizar a concessão do prazo adicional de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, para a recomposição do Índice de Cobertura Cessão Fiduciária, pela Devedora; **c)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item "**a)**" da ordem do dia, não declarar o Vencimento Antecipado Não Automático das CPR-Fs ("Vencimento Antecipado Não Automático"), e, consequentemente, dos CRA, nos moldes da cláusula 7.2, item "(i)" das CPR-Fs, em razão do descumprimento, pela Devedora, das seguintes Obrigações Não Pecuniárias: (a) envio de Imposto de Renda do Emitente, vencidas em 30/04/2021 e 30/04/2023, nos termos da cláusula 10.2 das CPR-Fs; e (b) envio das matrículas atualizadas dos Imóveis de Matrícula nº 5.036 e 5.038, registrados na 1ª Serventia Extrajudicial de Registro Geral de Bom Jesus/PI ("Imóveis Garantia"), vencidas em 31/12/2021, 30/06/2022, 31/12/2022, 30/06/2023 e 31/12/2023, nos termos da cláusula 8.8.1 do Contrato de Alienação Fiduciária, em conjunto denominados ("Descumprimentos não pecuniários"); **d)** Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos do item "**c)**" da ordem do dia, autorizar a concessão do prazo adicional de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, para regularização dos Descumprimentos não pecuniários; **e)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a inclusão de novas Contrapartes à lista de Clientes Elegíveis, constantes no Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária; e consequentemente, autorizar a celebração do *Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças* ("1º Aditamento à Cessão Fiduciária"), a fim de que sejam refletidas as inclusões das novas Contrapartes ao rol de Clientes Elegíveis, de tal modo que o referido anexo passará a viger nos moldes do Anexo II do Material de Apoio; **f)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a integralização dos direitos de propriedade dos Imóveis Garantia ("Integralização"), junto à **Manganeli & Manganeli Administração LTDA**, sociedade limitada com sede na Cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí, na Avenida Adelmar Benvindo, s/n, Cond. Res. Consórcio das Águas, Qd. "D", Bairro Aeroporto, CEP 64.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 53.999.402/0001-08 ("Manganelli Holding" ou "Nova Fiduciante"), constituída por **Valterio Benvegnu Manganelli**, brasileiro, produtor rural, casado, residente na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, na Rua Leondina Santos, 1383, CEP 64.900-00, inscrito no CPF sob o nº 032.096.650-87 e **Cândida Flores Manganelli**, brasileira, casada, empresária, residente na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, na Rua Leondina Santos, 1383, CEP 64.900-00, inscrita no CPF sob o nº 012.483.145-14 ("Fiduciantes Originais") e **Vilson Flores Manganeli**, brasileiro, agricultor, divorciado, residente na Rua Prof. Maria Barbosa Meneses, 1641, Bairro Alphaville, na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 488.189.330-00; **Telma Rosane Flores Manganeli**, brasileira, divorciada, administradora, residente na Av. Adelmar Benvindo, 1383 Condomínio Res. Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrita no CPF sob o nº 889.624.155-34; **Nelson Flores Manganeli**, brasileiro, casado comunhão parcial de bens, agricultor, residente e domiciliado na Rua Pedro II, 1551, Cond. Res. Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 757.061.995-15; e **Gilson Flores Manganeli**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Av. Adelmar Benvindo, 1383, Condomínio Residencial Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 605.448.565-20 ("Intervenientes Anuentes"); e, consequentemente, autorizar a celebração do *Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças* ("2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis"), para refletir a substituição do Fiduciante Original pela Nova Fiduciante; **g)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar que seja prestada a garantia de Aval pela Manganelli Holding, para ambas as CPR-Fs ("Aval Holding"); e, por consequência, seja autorizada a celebração do *Segundo Aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2021* e *Segundo Aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 02/2021* ("2º Aditamento às CPR-Fs"), bem como o *Primeiro Aditamento ao Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 38ª (Trigésima Oitava) Emissão da Virgo Companhia de Securitização* ("1º Aditamento ao Termo de Securitização"), a fim de refletir a inclusão do Aval Holding; **h)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a contratação do Franco Leutewiler Henriques Advogados ("Assessor Legal"), nos moldes da Proposta de Honorários Advocatícios, constante no Anexo III do Material de Apoio ("Proposta Assessor Legal"), para confecção, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, do 1º Aditamento à Cessão Fiduciária, 2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis, 2º Aditamento às CPR-Fs e 1º Aditamento ao Termo de Securitização, para refletir as alterações constantes nos itens "**e)**", "**f)**" e "**g)**" da ordem do dia; sendo certo que as despesas serão pagas às expensas da Devedora; **i)** Autorização para que a Devedora, a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todo e qualquer ato, celebre todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, em especial o 1º Aditamento à Cessão Fiduciária, 2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis, 2º Aditamento às CPR-Fs e 1º Aditamento ao Termo de Securitização, que deverão ser formalizados no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis, contados da data da Assembleia; O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o **quórum de instalação** da Assembleia, em primeira convocação, se dará com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum; e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização. **Já as deliberações serão tomadas**, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em circulação; e, em segunda convocação, por Titulares dos CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA presentes na Assembleia, desde que presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **fsp@vortx.com.br,** impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Assembleia será integralmente gravada pela Emissora. São Paulo, 11 de abril de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Intimação Penhora Prazo de 20 dias Processo nº 0029052-66.2022.8.26.0100 O Doutor Regis de Castilho Barbosa Filho, Juiz da 41ª Vara Cível - Foro Central Cível SP, na forma da lei. Faz saber ao executado SHALOM FADLON, suíço, casado, empresário, portador do Passaporte n.º F010508-5, inscrito no CPF/MF nº 743.501.101-00, e sua esposa ELIZABETH DOWDS, de qualificação ignorada, nos autos do Cumprimento de sentença, requerido pelo Condomínio Vila do Outeiro, no qual se procedeu à PENHORA dos imóveis de titularidade da parte executada matriculados sob nºs 28.763, 28.765, 28.760 e 28.761, perante o Oficial de Imóveis de Porto Seguro - BA. Estando o executado e sua cônjuge em lugar ignorado, foi determinada a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, sob pena de prosseguir o feito em seus ulteriores termos. Afixe-se e Publique-se na forma da lei.

Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

C.N.P.J./M.F. nº 61.391.314/0001-57 - NIRE 35.3.00064925

CONVOCAÇÃO Convidamos os acionistas para se reunirem em A.G.O., dia 30/04/24, às 11:00 hs, na Rua Azevedo Soares nº 1101, com a seguinte ordem do dia: (i) contas e demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/23; (ii) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) outros assuntos.

Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente (SP 12/04/24)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE JOSE ROBERTO VIDOTO PINHEIRO, REQUERIDO POR ROBERTO CAMPOS PINHEIRO E OUTRO - PROCESSO Nº1114830-50.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). José Walter Chacon Cardoso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 19/01/2024, transitada em julgado em 11/03/2024, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **JOSE ROBERTO VIDOTO PINHEIRO, CPF 149.507.907-49,** declarando-o(a)absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A) o(a) Sr(a). **Roberto Campos Pinheiro, CPF 287.232.138-17.** O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de abril de 2024.

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS PROCESSO Nº**0000938-02.2022.8.26.0009** A MM.Juiza de Direito da 3ªVara Cível,do Foro Regional IX-Vila Prudente,Estado de São Paulo,Dra.Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha,na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ORLANDO MENDES,RG 1618516004,CPF 611.279.658-91,que por este Juízo,tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Antonio Carlos Falco.Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido,nos termos do artigo 513,§ 2º,IV do CPC,foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL,para,no prazo de quinze dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,efetuar o pagamento da quantia devida (R$ 109.229,49 - atualizado até novembro/2021), acrescido de custas, se houver. Caso não efetue o pagamento,incidirá multa de 10%sobre o total da dívida, conforme dispõe o artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil e mais honorários advocatícios de 10%.Fica a parte executada advertida de que,transcorrido o prazo supra,sem o pagamento voluntário do débito,nos termos do artigo 525,do Código de Processo Civil,iniciar-se-á de imediato,o prazo de 15dias,para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de novembro de 2022. **|16,17|**

EDITAL DE CITAÇAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1025597-98.2021.8.26.0007** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Fabretti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RENATA ANUNCIATA COELHO SANCHEZ, Brasileira, Solteira, Operadora de Telemarketing, RG 34.140.486-X, CPF 37937172835, com endereço à Rua Botupora, 298, Itaquera, CEP 08215-470, São Paulo - SP, que ADILSON BENEDITO DE MORAIS ajuizou ação comum, para cobrança de R$ 14.400,00 (out/21), referente à locação do imóvel à Rua Carolina Brant 10, Jardim Soares, Guaianases, devidamente atualizado e acrescido das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de janeiro de 2024. **|16,17|**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº **1005508-50.2018.8.26.0010**. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LIDEJUNIOR LINDOMAR DE LIMA SILVA, CPF 603.222.983-18, que Sociedade Beneficente São Camilo - Ipiranga lhe ajuizou ação de Cobrança (Procedimento Comum Cível), objetivando a quantia de R$ 66.115,96 (agosto de 2018), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços, representado pelas Notas Fiscais n°s 106159, 106164 e 106839. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL (CPC, art. 257, III), para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Em caso de revelia, será nomeado curador especial (CPC, art. 257, IV). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. 16 e 17 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1006162-03.2019.8.26.0010**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Hospital São Camilo Ipiranga. Requerido: Iolanda Mascena de Sousa. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006162-03.2019.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) IOLANDA MASCENA DE SOUSA, Brasileira, RG 371203314, CPF 284.422.128-92, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo Ipiranga, objetivando a Cobrança da quantia de R$ 93.830,13 (outubro de 2019), decorrente das Notas Fiscais nº s 123930, 124044, 124134, 124321, 124537, 125169, 125170, relativas ao tratamento médico hospitalar despendido. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2024. 16 e 17 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1008509-65.2021.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Espólio de Francisca Nazare Silva de Oliveira na pessoa de SILVIA, PACHECO DE SENA e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008509-65.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Clovis Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE FRANCISCA NAZARE SILVA DE OLIVEIRA e ESPÓLIO DE SEVERINO PACHECO DE OLIVEIRA que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Camilo - Santana para cobrança de prestação serviços médico-hospitalares referente ao tratamento médico de FRANCISCA NAZARE SILVA DE OLIVEIRA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi deferida a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2024. 16 e 17 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006166-86.2019.8.26.0609 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Cavalcanti Lamêgo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LÚCIO CLEBERSON BARBOSA FERREIRA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, CPF 054.411.623-25, com endereço à Rua Pequetita, 170, Vila Olimpia, CEP 04552-060, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Comercio de Bebidas Marques Dourado Eireli - Epp, alegando em síntese: cobrança de R$ 8.529,80 (08/2019), referente as duplicatas vencidas e não pagas em favor da empresa requerente. Encontrando-se o(a)(s) réu(é)(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias (art. 702 do NCPC), que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a importância demandada, ou ofereça embargos monitórios. Fica(m) o(a)(s) réu(é)(s) advertido(a)(s) de que, se pago o valor, ficará(ão) isento(a)(s) de custas processuais; se não oferecidos os embargos, caso em que será nomeado curador especial, ou rejeitados os embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título II do Livro I da Parte Especial, no que for cabível. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 – NIRE 3.530.003.478-3

Convocação – Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a Realizar-se em 23 de abril de 2024.

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 23/04/2024 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I. AGO:** (a)exame, discussão e votação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) a não instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício; e (c) aprovação do Relatório Anual do Comitê de Remuneração. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **II. AGE:** (a)deliberar sobre a aceitação da RENÚNCIA do cargo de diretor do Banco Paulista S.A.; (b) alteração dos Artigos 6º e 18º do Estatuto Social da Sociedade; (c) deliberar sobre a constituição do "Comitê Executivo", com a inclusão do artigo 20º do Estatuto Social; (d) reformulação e consolidação do Estatuto Social da Sociedade para refletir as deliberações constantes desta assembleia, se aprovadas; (e) eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2026, para o cargo de diretor, sem designação especial; (f) eleição dos membros do Comitê de Remuneração com mandato até a AGO de 2026; (g) autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; e (h) outros assuntos. SP, 13/04/2024. Marcelo de Toledo Guimarães – Diretor Presidente.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79 - NIRE nº 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 28 de março de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Rua Pais Leme, 524, 4º Andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **MÔNICA DA CRUZ LAMAS**, brasileira, solteira, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 56.401.832-6/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 888.170.837-04, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4 andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleita na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/07/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **MÔNICA DA CRUZ LAMAS** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil*. Ciente em: 28/03/2024. **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.** - Fábio Russo Corrêa - membro efetivo e Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil*. JUCESP nº 140.023/24-0 em 05.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ/ME nº 09.352.896/0001-42 - NIRE nº 35.300.353.170

RENÚNCIA

São Paulo/SP, 28 de março de 2024. À **COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Parte, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **MÔNICA DA CRUZ LAMAS**, brasileira, solteira, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 56.401.832-6/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 888.170.837-04, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Parte, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleita na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/12/2022 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **MÔNICA DA CRUZ LAMAS**. Ciente em: 28/03/2024. **COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS** - Fábio Russo Corrêa - Diretor Superintendente. JUCESP nº 140.764/24-0 em 05.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NÓRDICA VEÍCULOS S/A

CNPJ/MF: 77.997.187/0001-74 - NIRE: 41300004218

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Nórdica Veículos S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 09h00, do dia 30/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 795, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

EM AGO:
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2023;
(ii) Destinação do resultado do exercício de 2023;
(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
(iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;
EM AGE:
(I) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;
(II) Assuntos Gerais.

Curitiba, 15 de abril de 2024.
Diretor Superintendente
Paulo Roberto Pizani

IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Imaribo S/A - Indústria e Comércio, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 10h00, do dia 30/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

EM AGO:
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2023;
(ii) Destinação do resultado do exercício de 2023;
(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
(iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;
EM AGE:
(I) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;
(II) Assunto Gerais.

Curitiba, 15 de abril de 2024.
Diretor Superintendente
Paulo Roberto Pizani

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF Nº 01.340.937/0001-79

Demonstrações Financeiras - em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.800	4.199	5.528	6.417
Contas a receber e outros recebíveis	5	237.596	237.085	240.985	240.146
Estoques	6	109.234	109.234	109.298	109.324
Impostos e contribuições a recuperar		11.959	12.383	11.959	13.237
Adiantamentos a fornecedores		6.021	6.498	6.376	6.870
Total do ativo circulante		**368.610**	**369.399**	**374.146**	**375.994**
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	5	190.561	191.046	200.801	195.564
Impostos Diferidos	10	38.729	38.729	37.585	37.443
Investimentos	7 a	10.586	10.583	-	-
Imobilizado	8	26	83	4.971	8.640
Intangível		-	-	-	2
Total do ativo não circulante		**239.902**	**240.441**	**243.357**	**241.649**
Total do ativo		**608.512**	**609.840**	**617.503**	**617.643**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		6.661	8.269	7.933	9.156
Provisões e encargos trabalhistas		9.189	8.502	9.563	8.825
Obrigações fiscais		19.539	19.381	19.562	19.401
Adiantamento de clientes		2.672	2.672	3.994	4.055
Total do passivo circulante		**38.061**	**38.824**	**41.052**	**41.437**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	6.000	5.190
Provisão para contingências	11	32.385	32.864	32.385	32.864
Provisão para perdas em investimentos	7 b	6.836	6.836	6.836	6.836
Total do passivo não circulante		**39.221**	**39.700**	**45.221**	**44.890**
Patrimônio Líquido					
Capital social	13 a	860.144	860.144	860.144	860.144
Prejuízos acumulados	13 b	(344.529)	(344.558)	(344.529)	(344.558)
Ajuste de avaliação patrimonial	13 c	15.615	15.730	15.615	15.730
Total do patrimônio líquido		**531.230**	**531.316**	**531.230**	**531.316**
Total do passivo e patrimônio líquido		**608.512**	**609.840**	**617.503**	**617.643**

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida		3.260	18.263	14.510	31.394
Custo dos serviços prestados		(5.815)	(9.612)	(13.744)	(19.253)
Lucro/Prejuízo bruto		(2.555)	8.651	766	12.141
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(10.111)	(1.581)	(12.466)	(4.048)
Outras receitas (despesas) líquidas		4.438	(8.066)	3.508	(3.764)
		(5.673)	(9.647)	(8.958)	(7.812)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(8.228)	(996)	(8.192)	4.329
Receitas financeiras		8.537	590	8.541	575
Despesas financeiras		(399)	(205)	(452)	(271)
Resultado financeiro líquido		8.138	385	8.089	304
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		119	(1.194)	-	(6.541)
Resultado antes dos impostos		29	(1.805)	(103)	(1.908)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	132	103
Resultado do exercício		**29**	**(1.805)**	**29**	**(1.805)**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	29	(1.805)	29	(1.805)
Variação cambial de conversão de operações no exterior	(115)	1.065	(115)	1.065
Resultado abrangente total	(86)	(740)	(86)	(740)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2022		860.144	14.665	(342.753)	532.056
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	1.065	-	1.065
Resultado do exercício		-	-	(1.805)	(1.805)
Em 31 de dezembro de 2022	13	**860.144**	**15.730**	**(344.558)**	**531.316**
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	(115)	-	(115)
Resultado do exercício		-	-	29	29
Em 31 de dezembro de 2023	13	**860.144**	**15.615**	**(344.529)**	**531.230**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	29	(1.805)	29	(1.805)
Depreciação e amortização	57	543	2.900	2.681
Resultado da equivalência patrimonial	(119)	1.194	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(115)	1.065	(115)	1.065
	(148)	**997**	**2.814**	**1.941**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	(26)	29.609	(6.076)	28.419
Estoques	-	23	26	351
Impostos e contribuições a recuperar	425	7.861	1.278	8.204
Adiantamento a fornecedor	476	1.458	494	2.441
Despesas antecipadas	-	-	-	95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(142)	(107)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Adiantamento de clientes	-	(1)	(61)	(24)
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.608)	(9.451)	(1.223)	(11.508)
Provisões e encargos trabalhistas	687	(239)	738	(248)
Obrigações fiscais	159	(6.395)	161	(6.394)
Provisão para contingencias	(479)	298	(479)	298
Caixa líquido das atividades operacionais	**(514)**	**24.160**	**(2.470)**	**23.468**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	115	(1.065)	-	1
Imobilizado	-	845	771	1.974
Caixa líquido das atividades de investimentos	**115**	**(220)**	**771**	**1.975**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	(25.574)	810	(24.864)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	**(25.574)**	**810**	**(24.864)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(399)**	**(1.634)**	**(889)**	**579**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**4.199**	**5.833**	**6.417**	**5.838**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**3.800**	**4.199**	**5.528**	**6.417**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(399)**	**(1.634)**	**(889)**	**579**

Composição da Diretoria

Diretor Presidente
Nilson Goulart de Oliveira

Contador
Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

*As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes da **Approach Auditores Independentes S/S,** encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão sendo publicadas na versão Digital do Jornal O Dia/SP em 16/04/2024."*

Galvão Participações S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 11.284.210/0001-75

Demonstrações Financeiras - em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	-	5.646	6.511
Contas a receber e outros recebíveis	5	96.764	96.764	2.544.408	2.543.562
Estoques		-	-	109.298	109.324
Impostos e contribuições a recuperar		1.068	1.068	11.959	13.357
Adiantamentos a fornecedores		-	-	49.756	50.250
Total do ativo circulante		**97.836**	**97.832**	**2.721.067**	**2.723.004**
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	5	343.759	323.128	1.001.069	998.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	37.585	37.443
Permanente					
Investimentos	6	574.054	574.839	-	-
Imobilizado	7	-	-	4.967	8.640
Intangível	8	-	-	161.263	161.267
Total do ativo não circulante		**917.813**	**897.967**	**1.204.884**	**1.205.465**
Total do ativo		**1.015.649**	**995.799**	**3.925.951**	**3.928.469**

Passivo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		156	24	78.445	79.482
Provisões e encargos trabalhistas		14	1	9.578	8.827
Obrigações fiscais		4	-	19.571	19.403
Adiantamento de cliente		-	-	6.730	6.791
Total do passivo circulante		**174**	**25**	**114.324**	**114.503**
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		57.245	35.790	455.113	453.348
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	3.237	4.271
Debêntures	10	-	-	1.425.034	1.425.034
Obrigações fiscais		-	-	225.055	225.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	304.953	304.953
Provisão para contingências	11	-	-	58.192	58.670
Provisão para perdas em investimentos	6	133.726	132.886	6.838	6.836
Adiantamento de cliente		-	-	508.694	508.694
Total do passivo não circulante		**190.971**	**168.676**	**2.987.116**	**2.986.861**
Patrimônio líquido					
Capital social	14	1.196.542	1.196.542	1.196.542	1.196.542
Prejuizos acumulados		(372.038)	(369.444)	(372.038)	(369.444)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**824.504**	**827.098**	**824.504**	**827.098**
Participação de não controladores		-	-	7	7
Total do patrimônio líquido		**824.504**	**827.098**	**824.511**	**827.105**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.015.649**	**995.799**	**3.925.951**	**3.928.469**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida		-	-	14.575	31.456
Custo dos serviços prestados		-	-	(13.745)	(18.900)
Lucro (prejuízo) bruto		-	-	830	12.556
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(831)	(1.222)	(15.013)	(6.636)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1)	(1)	3.507	(3.659)
		(832)	(1.223)	(11.506)	(10.295)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(832)	(1.223)	(10.676)	2.261
Receitas financeiras		18	18	8.602	632
Despesas financeiras		(6)	(6)	(464)	(288)
Despesa financeiras liquidas		12	12	8.138	344
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	6	(1.775)	(1.556)	(183)	(5.475)
Resultado antes dos impostos		(2.595)	(2.767)	(2.721)	(2.870)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	132	103
Resultado do exercício		(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)
Acionistas não controladores					
Resultado do exercício		(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)
Resultado abrangente total	(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)
Acionistas não controladores				
Resultado abrangente total	(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Capital social - Subscrito	Capital social - A integralizar	Subscrito e integralizado	Prejuizos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.211.050	(14.508)	1.196.542	(366.678)	829.864	799	830.663
Resultado do exercício	-	-	-	(2.767)	(2.767)	(792)	(3.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.211.050	(14.508)	1.196.542	(369.444)	827.098	7	827.105
Resultado do exercício	-	-	-	(2.595)	(2.595)	-	(2.595)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.211.050	(14.508)	1.196.542	(372.038)	824.504	7	824.511

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(2.595)	(2.767)	(2.595)	(2.767)
Resultado da equivalência patrimonial	1.775	1.556	183	5.475
Provisão para contingências	-	-	(475)	296
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	(132)	(103)
	(820)	**(1.211)**	**(3.019)**	**2.901**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	(20.631)	8.951	(3.800)	6.764
Estoques	-	-	26	351
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	1.398	8.198
Adiantamentos a fornecedores	-	-	494	2.440
Despesas antecipadas	-	-	-	95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(142)	(107)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	21.587	(7.742)	728	(15.123)
Provisões e encargos trabalhistas	14	-	751	(246)
Obrigações fiscais	4	1	168	(6.289)
Adiantamento de cliente	-	-	(61)	(27)
Provisão para perdas em investimentos	840	627	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**994**	**626**	**(3.457)**	**(1.043)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	(990)	(626)	3.805	5.455
Intangível	-	-	(179)	(4.236)
Caixa líquido das atividades investimentos	**(990)**	**(626)**	**3.626**	**1.219**
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(1.034)	(14.580)
Debêntures	-	-	-	15.437
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	(791)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	-	**(1.034)**	**66**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**4**	-	**(865)**	**242**
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período		-	**6.511**	**6.269**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**4**	-	**5.646**	**6.511**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**4**	-	**(865)**	**242**

Composição da Diretoria

Nilson Goulart de Oliveira
Diretor

Contador
Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

*As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes da **Approach Auditores Independentes S/S,** encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão sendo publicadas na versão Digital do Jornal O Dia/SP em 16/04/2024."*

FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 31.536.951/0001-03 - NIRE Nº. 35300521382 - COMPANHIA FECHADA

RENÚNCIA

São Paulo/SP, 27 de março de 2024. À **FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.527.699-0/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 468.919.357-68, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2024 às 16h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ROBERTO VOLLMER LABARTHE.** Ciente em: 27/03/2024, **FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 140.803/24-5 em 09.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ADL Investimentos S.A.

CNPJ nº 22.387.312/0001-32 - NIRE 35300532899

Convocação - Assembleia Geral Ordinária 2024 (AGO)

1. A acionista Leda Maria Barjas Baléche, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.858.150 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 578.997.388-49, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Diego de Castilho, nº 500, aptº aptº 71 – Bloco 03 – Morumbi – CEP: 05704-070, convoca o Dr. Vinicius Barjas Baléche, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 30.321.292-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 223.209.008-61, com endereço nesta capital na Rua Diego de Castilho, n.º 500, aptº 191, bloco 03, Morumbi, CEP 05704-070, em comprimento ao disposto do artigo 132 da Lei 6.404/76 para participar da AGO que se realizará no dia 24.04.2024, às 14:00hs, em primeira convocação, e às 15:00hs em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, de modo totalmente digital e, pois, por meio do sistema eletrônico identificado abaixo, a qual será integralmente gravada e permitirá a participação e a votação à distância mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), e que para todos os efeitos será considerada como realizada na sede da Companhia, na Avenida Paulista, 807, conj.2315, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, bairro Cerqueira Cesar, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) Prestação de contas pelos então Administradores Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 sob pena de não o fazendo de forma documentalmente satisfatória e com informações necessárias, serem propostas medidas judiciais haja vista transferências de valores de contas bancarias da Companhia para beneficiários não identificados nos lançamentos contábeis ou mesmo em extratos bancários e, em sendo devolução de mútuos serem apresentadas a memórias de cálculo contemplando índices de correção monetárias e juros; (ii) Análise dos balanços patrimoniais e os de resultados econômicos dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 para apuração e confirmação de lucros em cada um daqueles exercícios sociais e sua respectiva distribuição na proporção de 50% para a acionista que convoca esta AGO e 50% para o Espólio de Antônio Baléche em cursos operante da 3ª Vara da Família e Sucessões desta Capital mediante a depósito judicial ou investidos junto aos bancos nos quais a Companhia tem contas de aplicações financeiras; (iii) Apresentação pelos Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram quaisquer contratos de mútuo da Companhia, de qualquer importância em que figure ela como mutuante ou mutuária e justifiquem a existência de todo e qualquer passivo com a respectiva documentação; (iv) Aprovação da remuneração de valores disponibilizados para a Companhia pela acionista que convoca esta AGO com a respectiva memória de cálculos contendo critérios adotados sendo certo que não foram aprovados pela acionista que convoca esta AGO; (v) Fixar em R$ 15.000,00 a remuneração da Diretora Leda Maria Barjas Baléche para o período compreendido entre o dia 24.04.2024 e ao dia da realização da AGO de 2025; (vi) Outras matérias relacionadas e pertinentes aos tópicos anteriores, especificamente atinentes à origem e destinação de recursos de e para a Companhia, e inclusive aqueles advindos de imóveis pertencentes a Kadisha Participações Ltda. CNPJ nº 32.423.308/0001-36 e destinação de recursos sacados de contas bancárias da Companhia; e a depender das informações prestadas pelos administradores a identificação dos beneficiários, acionistas ou não, receptores de valores identificados ou estimados. 2. Para os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as matérias objeto da ordem do dia da AGO ora convocada, poderão estar presentes assessores devidamente convocados pelos acionistas e identificados para conhecimento dos demais acionistas, e para tanto identificados, convidados esses que deverão se cadastrar no endereço eletrônico (hlaw@hlaw.com.br) para participarem da AGO ora convocada conforme abaixo informado. **Instruções Gerais**: a.) Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar o documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de acionista por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. b.) Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: hlaw@hlaw.com.br, até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e de representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais deverão ser firmados pelo Presidente e Secretário da mesa. c.) Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. d.) Participação e voto a distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. São Paulo, 12/04/2024. aa) Leda Maria Barjas Beléche . Acionista e Administradora. (15, 16 e 17/04/2024)

Salipart Participações S/A

CNPJ 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25/04/2024 às 15:30 horas na sala da diretoria do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu, 123, São Paulo - SP tendo em vista que sua sede social encontra-se em reforma, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2023; b) Transferência do saldo do resultado líquido do exercício para a conta de lucros acumulados; c) Determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31/12/2024. São Paulo, 16 de abril de 2024. **Mario Roberto Rizkallah -** Diretor

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ/MF nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SWC Special Opportunities Brazil, LLC, na qualidade de acionista da **CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO** ("Companhia"), nos termos do art. 123, parágrafo único, c, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") informa que ficam convocados os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada, em primeira convocação, em 24 de abril de 2024, às 11 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, para deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (a) fixação da remuneração global dos administradores, nos termos do art. 152 da Lei das S.A.; (b) reprovação da deliberação do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 14 de dezembro de 2023; e (c) propositura de ação de responsabilidade civil contra os administradores por prejuízos causados à Companhia pelas deliberações do Conselho de Administração da Companhia ocorridas em 14 de dezembro de 2023, nos termos do art. 159 da Lei das S.A. Para participar e votar na Assembleia, os representantes dos acionistas deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos acionistas, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis, nos termos da legislação aplicável.

São Paulo, 16 de abril de 2024
SWC SPECIAL OPPORTUNITIES BRAZIL, LLC
Acionista nos termos do art. 123, parágrafo único, "c", da Lei das S.A.

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a serem realizadas cumulativamente em 25 de abril de 2024, às 16:00 horas, horário de Brasília, **de forma semipresencial**, excepcionalmente, na **Avenida Paulista, nº 1978, 9º andar, conjuntos 91 e 92, Cerqueira Cesar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-102**, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme publicados na edição de 18 de março de 2024 do jornal "O DIA SP", bem como na página do mesmo jornal na internet, nas páginas 02 e 03; **(ii)** deliberar a respeito da destinação do resultado do exercício; e **(iii)** conhecer a renúncia apresentada por membro do Conselho de Administração da Companhia e a subsequente eleição de seu substituto. Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre **(i)** a remuneração anual global dos administradores da Companhia; **(ii)** a transferência do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; **(iii)** a alteração do Estatuto Social: (a) para prever expressamente a possibilidade de conversão de classe de ações de emissão da Companhia, de ordinárias em preferenciais; e (b) para prever expressamente a possibilidade de realização de assembleias gerais de forma também semipresencial ou exclusivamente digital; **(iv)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em razão dos exercícios das opções de compra outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de agosto de 2020, e a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(v)** a conversão da espécie de ações de titularidade de determinados acionistas da Companhia, de ordinárias em preferenciais; **(vi)** a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$13.235.260,30 (treze milhões, duzentos e trinta e cinco mil duzentos e sessenta reais e trinta centavos), mediante a emissão de até 4.968.586 (quatro milhões, novecentas e sessenta e oito mil quinhentas e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e até 13.272 (treze mil duzentas e setenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) por ação e, conforme aplicável, a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(vii)** a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações propostas nos itens anteriores; e **(viii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 16:00 horas, horário de Brasília, do dia 24 de abril de 2024, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filiphe.silva@juntossomosmais.com.br. A Companhia ressalta que as demonstrações financeiras completas, bem como os documentos pertinentes para discussão da ordem do dia estão à disposição de V. Sas. na sede social da Companhia, conforme aviso aos acionistas publicado nas edições dos dias 13, 14 e 15 de março de 2024, do jornal "O DIA SP", bem como na página do mesmo jornal na internet, nas páginas 1, 3 e 1, respectivamente. São Paulo, 16 de abril de 2024. Conselho de Administração, p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente. (16, 17 e 18/04)

REVITA ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local. 18.03.2024, de forma digital, considerada, portanto, como realizada na sede, Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, térreo, sala 1, São Paulo/SP. Presenças. Totalidade do capital social. Mesa. Presidente: Ângelo Teixeira de Castro Carvalho. Secretário: Anrafel Vargas Pereira da Silva. Deliberações Aprovadas. Alterar o endereço da filial, CNPJ/MF 08.623.970/0004-06, NIRE JUCEB nº 29.900.887.227, de Rua Conde de Porto Alegre 500, IAPI, CEP 40330-200, Salvador/BA, para Rua Professor Moura Bastos 500, IAPI, CEP 40323-410, Salvador/BA. Encerramento. Nada mais. São Paulo, 18.03.2024. Acionistas: **Solví Essencis Ambiental S.A. -** Por Frederico Guimarães da Silva e Anrafel Vargas Pereira da Silva. JUCESP nº 141.394/24-9 em 08.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Processo 1115703-21.2021.8.26.0100 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - Condomínio Edifício Centro Médico Higienópolis - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1115703-21.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Bernardi Baccarat, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Gianfrancesco Tanouye Caterina, CPF nº 34216925804, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Centro Médico Higienópolis. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida de R$ 100.677,19 (02/2024), sob pena de penhora de bens nos termos dos arts. 652 e seguintes do CPC. No prazo de 15 dias, o executado poderá reconhecer o crédito e comprovar o depósito judicial de 30% do valor em execução, custas e honorários, e pagar o restante em até 6 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês de acordo com o art. 745-A do CPC ou oferecer embargos à execução (art. 738 do CPC).O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e sob pena de penhora. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2024. - ADV: CLAUDINEI MARTINS ROQUE (OAB 260949/SP). N - 16 e 17

REVITA ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local. 26.03.2024, de forma digital, considerada como realizada na sede, Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, térreo, sala 1, São Paulo/SP. **Presenças.** Acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Ângelo Teixeira de Castro Carvalho. Secretário: Anrafel Vargas Pereira da Silva. **Deliberações Aprovadas**. **1.** O Laudo de Avaliação, elaborado com o efeito de respaldar o aporte de capital da Companhia na Revita Bahia S.A. com sede na Capital do Estado da Bahia, CNPJ/ME 51.065.675/0001-50, JUCEBA-NIRE 29.205.735.040 ("Revita Bahia"); **2.** Em decorrência do exame do Laudo de avaliação, o valor do aporte de capital da Companhia na Revita Bahia corresponderá ao ativo de investimento societários, significando a transferência de 100% das quotas da: **Battre – Bahia Transferência e Tratamento e Resíduos Ltda** com sede em Salvador - BA, CNPJ/ME 03.558.482/0001-98 ("Battre"), avaliadas em R$ 67.177.451,71; **Termoverde Salvador S.A**, com sede em Salvador - BA, CNPJ/ME 10.267.349/0001-48 ("Termo Verde"), avaliada em R$ 35.276.086,74; **Essencis BA S.A**, com sede em São Francis do Conde/BA, CNPJ/ME 11.164.913/0001-60 ("**Essencis BA**"), avaliada em R$ 14.608.364,87; e **Águas Claras Ambiental – Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.,** com sede em Simões Filho/BA, CNPJ/ME 17.740.245.0001-58 ("**Águas Claras**") avaliada em R$ 10.184.327,32. **3.** Diante do exposto acima, aprova o aumento de capital da Revita Bahia no valor de R$ 125.246.230,64 e sua consequente integralização. **Encerramento**. Nada mais. São Paulo, 26.03.2024. Acionistas: **Solví Essencis Ambiental S.A. -** Por Frederico Guimarães da Silva e Anrafel Vargas Pereira da Silva. JUCESP nº 141.859/24-6 em 08.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 902.992 em 14 de novembro de 2023 a requerimento de CARLOS ALBERTO LIMA DE LOUREIRO, solteiro, maior, do comércio, RG nº 7.153.565-SSP/SP, CPF nº 029.324.758-78, convivente em união estável, no regime da separação de bens, conforme R.A. nº 15.688 deste Registro com Angelina Ferreira de Araújo Fernandes, separada consensualmente, RG nº 7.446.173-4-SSP/SP, CPF nº 130.004.688-03, brasileiros, domiciliado nesta Capital e residente na Avenida Iraí nº 1.327, Moema, São Paulo/SP, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores e aos proprietários tabulares Srs. Antônio Garcia Pereira e sua mulher Izoldina Affonso Garcia Pereira, falecidos, representados pela inventariante Sra. Carmen Garcia Pereira, qualificada nos autos do inventário nº 0822980-22.1988.8.26.0100, juntado nos autos administrativos, cuja anuência juntou-se ao mesmo, tendo compromissado pela Av.01 na matrícula nº 23.044, deste Registro a João José de Moura Filho e sua mulher Toyoko Kiyota de Moura, que o autor acima qualificado, requer a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o prédio e respectivo terreno, situado na Avenida dos Imarés nº 330, em Indianópolis, descrito e caracterizado na matrícula acima citada, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 15 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 26 de março de 2024.

MP prevê antecipação de recursos devidos pela Eletrobras ao governo

O ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, disse, na segunda-feira (15), que sua pasta e o Ministério da Fazenda devem publicar, em até dez dias, medida provisória (MP) que autoriza a securitização de recursos devidos pela Eletrobras [Centrais Elétricas Brasileiras S.A.] ao poder público, resultado do processo de desestatização da empresa, em 2021.

A securitização possibilita que empresas transformem dívidas em produto financeiro, como títulos negociáveis no mercado financeiro.

Desta forma, a Eletrobras poderia antecipar o pagamento de recursos devidos, que viriam apenas no longo prazo, para pagar ao fundo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Este fundo administrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é destinado ao custeio de políticas públicas do setor elétrico. De acordo com o MME, o pagamento devido no processo de capitalização da Eletrobras é de aproximadamente R$ 26 bilhões, em valores de 2021.

O ministro Alexandre Silveira disse que tem conversado com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para acelerar a publicação da MP para definir, em conjunto com as áreas técnicas, qual é a melhor forma de securitização, que abrirá espaço para antecipação destes recebíveis. Ele calcula que a MP poderá reduzir o custo da energia elétrica à população brasileira ou minimizar futuros reajustes na tarifa.

"É evidente que a melhor forma é a que custe menos para descontar esses recursos do mercado financeiro, seja em bancos públicos ou privados, para que a gente possa pagar contas que foram contraídas em nome do consumidor da energia do Brasil."

Em especial, o ministro citou a Conta-Covid [2020] e a Conta de Escassez Hídrica [2021]. "A securitização impactando no valor da tarifa ou minimizando possíveis aumentos na tarifa em torno de 5%", prevê o ministro.

Alexandre Silveira disse ainda que a medida é estruturante, sem nenhum impacto ou distorção no setor elétrico brasileiro. "É uma medida financeira, uma medida de socorro na veia." Ele ainda rebateu a crítica que haveria problemas no futuro, com o uso imediato destes recursos para sanar problemas do setor elétrico. "Na nossa visão, temos um problema imediato e grave que precisamos lançar mão dos instrumentos que nós temos para resolver esse problema imediato."

Renovação de contratos

O ministro de Minas e Energia também adiantou, na segunda-feira (15), que o governo federal deve publicar, nos próximos dias, um decreto presidencial sobre as renovações e modernização dos contratos de concessões com as distribuidoras de energia elétrica do país.

De acordo com a Alexandre Silveira, pelo texto que está sendo elaborado, a renovação dos contratos deverá cobrar mais rigor no cumprimento de metas estabelecidas, mais qualidade nos serviços prestados, criação de canais de interlocução com os prefeitos e com os consumidores brasileiros, para debater, por exemplo, a questão tarifária; além de melhorar a regulação para medir a eficiência dos serviços contratados.

"O momento é agora! Depois de a gente assinar novos contratos, nós não teremos oportunidade de voltar atrás para rediscutilos. Por isso, esse zelo, esse cuidado, essa discussão", priorizou o ministro de Minas e Energia.

Para o ministro, o decreto poderá deixar como legado para as próximas gerações a melhoria da qualidade de serviço de distribuição de energia elétrica no Brasil.

O primeiro contrato a ser renovado sobre concessão de distribuição de energia deve ser com a empresa brasileira EDP Espírito Santo, em 2025.

As declarações de Alexandre Silveira foram dadas à imprensa na Casa do G20, em Brasília, após o ministro abrir a segunda reunião do Grupo de Trabalho Transições Energéticas do G20. Cerca de 150 delegações estrangeiras participaram presencialmente do encontro, na capital federal.. (Agência Brasil)

Brasil condena qualquer ato de violência, diz chanceler sobre Irã

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, afirmou que o governo brasileiro condena qualquer ato de violência, se referindo ao ataque do Irã contra Israel em resposta ao bombardeio da embaixada iraniana, em Damasco, na Síria.

"O Brasil condena sempre qualquer ato de violência e o Brasil conclama sempre ao entendimento entre as partes" disse Vieira em resposta a um jornalista que questionava sobre o ataque do Irã. Vieira foi cobrado por profissionais de imprensa em relação à nota do Itamaraty, publicada no último sábado (13).

A nota afirmou que o governo brasileiro acompanhava os relatos de envio de drones e mísseis do Irã para Israel "com grave preocupação", apelando para que todas as partes envolvidas "exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada".

A nota foi criticada por organizações israelenses no Brasil, como o Instituto Brasil-Israel, que afirmou que, enquanto a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (OEA) se manifestaram de maneira firme, o Brasil "preferiu abdicar de uma posição firme, não condenou os ataques, não se solidarizou com as famílias israelenses e optou por dar margem para dúvidas sobre o que se passou na madrugada de ontem".

Mauro Vieira informou que, no momento em que a nota foi produzida, ainda não estava evidente qual era a extensão do ataque iraniano contra Israel.

"A nota foi feita à noite, às 11 horas da noite, quando todo o movimento começou. E nós manifestamos o temor de que o início da operação pudesse contaminar outros países. Mas isso foi feito à noite no momento que não tínhamos claro a extensão, ou o alcance, das medidas tomadas e fizemos, como fazemos sempre, um apelo para contenção e entendimento entre as partes", destacou.

O governo do Irã informou que atacou Israel no último sábado (13) baseado no direito de autodefesa previsto no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, em resposta a ataques contra a embaixada do país na Síria, no início do mês, matando sete comandantes militares de Teerã.

O ataque do Irã contra Israel foi duramente criticado pelas potências ocidentais, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha, que ficaram ao lado do governo de Tel Aviv. O presidente estadunidense, Joe Biden, disse que "o apoio à segurança de Israel é de ferro".

A professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) Rashmi Singh ressalta que é importante contextualizar o ataque.

"Precisamos lembrar que o Irã não está fazendo isso do nada, é uma retaliação do bombardeamento do consulado em Damasco, que foi uma coisa muito inaceitável em termos de normas internacionais. Ninguém pode tocar em consulados de outro país em um terceiro país. Então isso foi uma coisa bem errada do lado do Israel", diz. (Agência Brasil)

Dólar aproxima-se de R$ 5,19 com exterior e novas metas fiscais

Num dia de tensões domésticas e externas no mercado financeiro, o dólar aproximou-se de R$ 5,19 e fechou no maior nível em mais de um ano. A bolsa de valores caiu quase 0,5% e teve o quarto recuo consecutivo.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (15) vendido a R$ 5,185, com alta de R$ 0,064 (+1,24%). A cotação operou em alta ao longo de toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 14h30, aproximou-se de R$ 5,21.

A cotação está no maior valor desde 27 de março do ano passado, quando tinha sido vendida a R$ 5,20. Em 2024, o dólar sobe 6,85%.

O dia também foi tenso no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 125.334 pontos, com queda de 0,49%. Com queda de 6,6% no ano, o indicador está no menor nível desde 17 de novembro de 2023.

Tanto fatores domésticos como internacionais afetaram o mercado financeiro nesta segunda-feira. No cenário interno, a mudança da meta fiscal para 2025, com a manutenção do déficit primário zero em vez de superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para o próximo ano, foi mal recebida pelos investidores.

Os principais fatores que provocaram turbulências, no entanto, são externos. O agravamento das tensões entre Irã e Israel e o aquecimento da economia norte-americana fizeram o dólar subir em todo o planeta. As vendas no varejo nos Estados Unidos subiram acima do previsto em março, o que diminui as chances de o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) começar a reduzir os juros em julho.

Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. Em relação ao petróleo, a cotação do barril do tipo Brent, usado nas negociações internacionais, caiu 0,21% para US$ 90,21, apesar do bombardeio iraniano a Israel. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

CEOS Administradora de Bens S/A

CNPJ nº 23.698.040/0001-54
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2023	2022
Não circulante			
Clientes	8	2.203.916	2.203.916
Aditantamentos a terceiros		42.311	42.311
Contas a receber e outros recebíveis	9	521.996	522.745
Total do ativo não circulante		**2.768.223**	**2.768.972**
Total do ativo		**2.768.223**	**2.768.972**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2023	2022
Não circulante			
Notas promissárias a pagar	10	438.210	438.119
Obrigações Fiscais		225.055	225.055
Debêntures	11	1.425.034	1.425.034
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		304.955	304.955
Adiantamentos de clientes		508.694	508.694
Total do passivo não circulante		**2.901.948**	**2.901.857**
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	12	39.393	39.393
Prejuízo do exercício		(173.118)	(172.278)
Total do patrimônio líquido a descoberto		**(133.725)**	**(132.885)**
Total do passivo e patrimônio líquido a descoberto		**2.768.223**	**2.768.972**

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(839)	(617)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	**(839)**	**(617)**
Despesas financeiras	(1)	(9)
Resultado financeiro líquido	(1)	(9)
Resultado antes dos impostos	**(840)**	**(626)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Resultado do Exercício	**(840)**	**(626)**

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Parcela dos Outros Resultados Abrangentes de Empresas Investidas Reconhecidas por Meio do Método de Equivalência Patrimonial		
Resultado do exercício	(840)	(626)
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado do exercício	**(840)**	**(626)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2022	39.393	(171.652)	(132.259)
Prejuízo do exercício	-	(626)	(626)
Em 31 de dezembro de 2022	**39.393**	**(172.278)**	**(132.885)**
Prejuízo do exercício	-	(840)	(840)
Em 31 de dezembro de 2023	**39.393**	**(173.118)**	**(133.725)**

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(840)	(626)
Impostos de renda e contribuição social diferidos		
	(840)	**(626)**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	749	(14.741)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras contas a pagar	91	(70)
Debêntures	-	15.437
Caixa líquido das atividades operacionais		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	-
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	-	-

Composição da Diretoria: **Diretor:** Nilson Goulart de Oliveira **Contador:** Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

"As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes da **Approach Auditores Independentes S/S**, sem ressalvas, encontram-se publicadas no Jornal O Dia / SP versão Digital em 16/04/2024.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.541.127/0001-25
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2023	2022
Circulante			
Contas a Receber e Outros Recebíveis	7	2.742	2.736
Crédito tributário	8	-	114
Total do ativo circulante		**2.742**	**2.850**
Não circulante			
Depositos trabalhistas		-	10
Imobilizado	9	2	5
Intangível	10	152.529	152.530
Total do ativo não circulante		**152.531**	**152.545**
Total do ativo		**155.273**	**155.395**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	11	53.430	53.394
Obrigações fiscais		4	1
Outras Contas a Pagar	13	19.639	19.639
Total do passivo circulante		**73.073**	**73.034**
Não circulante			
Partes Relacionadas	12	22.183	21.742
Provisões para contingências	14	25.809	25.808
Total do passivo não circulante		**47.992**	**47.550**
Patrimônio líquido			
Capital Social	15	221.000	221.000
Capital a Integralizar		(66.000)	(66.000)
Prejuizo Acumulado		(120.792)	(120.189)
Total do patrimônio líquido		**34.208**	**34.811**
Total do passivo e patrimônio líquido		**155.273**	**155.395**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita Operacional Líquida		65	62
Resultado Bruto	16	65	62
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas / Receitas Administrativas	17	(668)	(177)
Resultado do Exercício		(603)	(115)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Resultado do exercício	(603)	(115)
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado do exercício	(603)	(115)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Capital Subscrito	Capital A integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	221.000	(66.000)	(120.074)	34.926
Resultado do exercício	-	-	(115)	(115)
Em 31 de dezembro de 2022	221.000	(66.000)	(120.189)	34.811
Resultado do exercício	-	-	(603)	(603)
Em 31 de dezembro de 2023	221.000	(66.000)	(120.792)	34.208

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	(603)	(115)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	-	1.245
Depreciação e Amortização	4	5
	(599)	1.135
Aumento (Redução) dos ativos operacionais		
Clientes	(6)	-
Outros Créditos	124	-
	118	-
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	477	-
Obrigações Fiscais	3	-
Outras Contas a Pagar	1	(1.135)
	481	(1.135)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	-	-

Composição da Diretoria

Diretor Presidente
Nilson Goulart de Oliveira

Contador
Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

*As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes da **Approach Auditores Independentes S/S,** encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão sendo publicadas na versão Digital do Jornal O Dia/SP em 16/04/2024."*

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS,EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE HELENA LOPES RIBEIRO,REQUERIDO POR VIVIANE RIBEIRO BENACCHIO REGINO-PROCESSO Nº**1016054-25.2022.8.26.0011**.O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XI-Pinheiros,Estado de São Paulo,Dr(a).Marina Degani Maluf,na forma da Lei,etc.FAZ SABER aos que o pre-sente edital virem ou dele conhecimento tiverem que,por sen-tença proferida em 25/10/2023 22:34:52,foi decretada a INTERDIÇÃO de HELENA LOPES RIBEIRO,CPF 21269979876, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoal-mente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A),em caráter DEFINITIVO,o(a) Sr(a).Viviane Ribeiro Benacchio Regino.O presente edital será publicado por três vezes,com intervalo de dez dias,e afixado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024. **|16|**

Jornal O DIA SP

Maverick Viñales faz história na MotoGP ao vencer em Austin

Por Járcio Baldi

Uma corrida espetacular, com muitas disputas emocionantes. Assim foi a corrida da categoria principal nesse final de semana em Austin, onde Maverick Viñales deixou seu nome escrito na história do motociclismo, sendo o primeiro piloto a vencer por três fábricas distintas nessa nova era da MotoGP: Suzuki, Yamaha e agora com a Aprilia. No sábado Maverick venceu a "Sprint Race" de ponta a ponta. Já no domingo, apesar de largar na pole, Viñales perdeu várias posições logo na primeira curva caindo para o nono lugar. Aos poucos o piloto foi recuperando posições até chegar à liderança a oito voltas do final. "Esta manhã tive um problema com a embreagem e a equipe ficou bastante preocupada, mas eles não queriam tocar em nada". "Tem sido muitas noites pensando no que eu deveria fazer para voltar a vencer corridas" acrescentou Viñales. "Finalmente, consegui. Estou super feliz por nunca ter desistido, mas também para fazer com que todos ao meu redor acreditem que tenho talento e dedicação suficientes para lutar por isso", finalizou.

Foto/ MotoGP

Martin *e Marquez duelam em Austin*

E o talentoso estreante da categoria, Pedro Acosta, mostrou que realmente é um fenômeno e provavelmente alcançará uma vitória ainda em seu ano de estreia na categoria. O espanhol chegou a liderar a corrida por três voltas. Após sofrer com a falta de aderência na prova do sábado, Acosta tentou não destruir os pneus logo no inicio da prova. "Tudo o que você faz no inicio da corrida, acaba pagando no final. Eu estava tentando ficar calmo e não fazer nenhuma loucura", afirmou. Em relação à disputa com Marc Marquez, Acosta disse que está aprendendo muito com essas disputas com um supertalento como Marc. É o segundo pódio do piloto em apenas três etapas na categoria. Enea Bastianini fechou o pódio e é vice-líder do campeonato liderado por Jorge Martin.

Marc Marquez duelou com Jorge Martin e Pedro Acosta, mas assim que assumiu a liderança teve problemas com os freios e caiu, abandonando a prova. Marc explicou o motivo de sua queda: "Eu estava lutando muito com os freios dianteiros. Então disse 'OK, tente liderar a corrida e vamos ver se isso melhora'. Mas quando cheguei na curva 11, precisei frear de 3 a 4 vezes, a velocidade da moto aumentou e perdi a frente, mas fora isso, a sensação durante todo o fim de semana foi boa. Estamos melhorando, então só posso estar feliz". Marc disse que pouco a pouco estão chegando próximo aos líderes e espera um bom resultado na próxima etapa em Jerez.

O atual campeão Pecco Bagnaia teve problemas de aderência na corrida de sábado e vibração no domingo, finalizando as provas em 8º e 5º postos respectivamente. "Comecei bem a corrida, mas após a sexta volta comecei a ter uma vibração dificultando muito a pilotagem". "Devemos entender o que está acontecendo. A situação é similar a 2022, quando no inicio da temporada tive que pilotar na defensiva". Bagnaia disse confiar em sua equipe para a solução desse problema e com isso voltar a lutar por vitórias novamente.

Na Moto2 o brasileiro Diogo Moreira conquistou seus primeiros pontos ao chegar em 14º. Diogo está mostrando um rápido amadurecimento na categoria. A próxima etapa acontecerá daqui a duas semanas em Jerez de la Frontera, na Espanha.

Em Misano, Di Grassi pontua pela primeira vez com a ABT

Foto/ ABT

Lucas *antes da largada em Misano*

A primeira prova do Mundial de Fórmula E em Misano, na Itália, disputada no sábado (13), no Misano World Circuit Marco Simoncelli, fez valer a expectativa de pilotos e equipes: uma corrida acirrada, com mais de 550 ultrapassagens e pelotão muito próximo por todo o tempo. Lucas di Grassi conseguiu "ler" a corrida com bastante precisão e garantir os primeiros pontos de sua temporada com a equipe ABT Cupra em 2024.

A rodada dupla que marca as etapas 6 e 7 do campeonato teve a abertura marcada pelo alto nível de disputa proporcionado pelo traçado reduzido no circuito italiano. Di Grassi, que largou em 16º, enfrentou diversas mudanças de posição e trabalhou em conjunto com o companheiro Nico Müller em uma disputa técnica que exigiu foco no gerenciamento de energia.

Primeiros pontos - O brasileiro finalizou em 11º, muito próximo da zona de pontos. Nico Müller veio logo atrás. O resultado deixou o gosto de "poderia ter sido" para Di Grassi, uma sensação que não durou muito tempo.

Após uma infração técnica, o português Antonio Felix da Costa, vencedor da corrida, foi desclassificado. Com isso, Lucas Di Grassi ganhou uma posição, somando seus primeiros pontos na temporada 2024.

"Eu já tinha sentido que o carro estava melhor. E confirmamos hoje o desempenho, o carro evoluiu um pouco. Mesmo finalizando em 11º, a sensação era de que merecíamos estar nos pontos e isso foi finalmente concretizado. Estou muito feliz e animado para a corrida 2, que deve ser mais uma boa oportunidade para conquistar pontos aqui na Itália."

A Fórmula E continua a programação do ePrix de Misano com o terceiro treino, na madrugada de domingo. A classificação e corrida 2 serão disputadas durante a manhã do Brasil. O líder do campeonato é o britânico Oliver Rowland com 80 pontos. Di Grassi ocupa a 19ª colocação, com o ponto conquistado na Itália.

Regional Cup de Kart terá decisão em julho no Paladino

A Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) divulgou os regulamentos técnico e desportivo para a disputa da inédita Regional Cup de Kart, competição que chega ao país com total apoio da Federação Internacional de Automobilismo (FIA).

O campeonato englobará as categorias OK FIA, OK Júnior FIA e Mini 2T e terá sua Final entre os dias 29 e 31 de julho no Circuito Internacional Paladino, no município do Conde (PB).

Para chegar à decisão, os pilotos terão de garantir suas vagas em competições regionais (ver calendário abaixo), o que permitirá que competidores de diversas regiões possam lutar por uma vaga nas Finais. Serão 16 finalistas na OK FIA, 16 na OK Júnior e 12 na Mini 2T.

Além da chance de competir com equipamentos similares aos utilizados nos principais campeonatos da Europa e no Mundial FIA Karting, a Regional Cup também aproximará os pilotos do formato das competições internacionais. Na decisão, serão quatro baterias classificatórias antes da Pré Final e Final.

Todos os detalhes sobre a disputa podem ser conferidos nos regulamentos, que já se encontram no site da CBA: https://www.cba.org.br/campeonato/downloads/334/758/2024

Além dos títulos inéditos, nas categorias OK FIA e OK Júnior FIA os campeões da Regional Cup Brasil terão suas vagas no Mundial FIA Karting 2024 asseguradas e receberão como prêmios a isenção na taxa de inscrição da competição mundial e ajuda de custo por parte da CBA. A competição nacional também abrirá mais uma vaga para classificar e premiar um terceiro piloto brasileiro para o Mundial, que acontecerá em setembro na Grã-Bretanha.

Após as Finais, os pilotos que terminarem entre segundo e nono lugares na OK disputarão um nova Final e o vencedor também ganhará como prêmio a inscrição e ajuda de custos no Mundial para a categoria OK N (lembrando que será classificado para a competição mundial pilotos que sejam elegíveis de acordo com as regras de idade do campeonato em cada uma das categorias).

Confira o calendário das etapas classificatórias e Final da Regional Cup Brasil:

Classificatórias OK FIA e OK Júnior FIA

18/05 – Kartódromo Luigi Borghesi / Londrina (PR) 4 vagas por categoria; 25/05 – Kartódromo Granja Viana / Cotia (SP) 4 vagas por categoria; 08/06 – Speed Park / Birigui (SP) 4 vagas por categoria; 22/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB) 4 vagas por categoria.

Classificatórias Mini 2T

08/06 – Speed Park / Birigui (SP) 3 vagas; 16/06 – Kartódromo Internacional Aldeia da Serra / Barueri (SP) 2 vagas; 13/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB) 3 vagas; 22/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB) 4 vagas.

Sobre as inscrições: as etapas classificatórias farão parte de eventos organizados pelas Federações de Automobilismo (FAUS) e da 25ª Copa Brasil de Kart 2024. Os horários, formato de provas e procedimentos de inscrição deverão ser consultados nos regulamentos específicos dos certames-sede de cada Classificatória.

Finais OK FIA, OK Júnior FIA e Mini 2T

29 a 31/07 - Circuito Internacional Paladino / Conde (PB)

Sobre as inscrições: Quando abertas, as inscrições deverão ser feitas no site da CBA (www.cba.org.br) e serão exclusivas para os pilotos que obtiverem a vaga nos eventos Classificatórios ou de acordo com outro critério da CBA divulgado em tempo hábil. A taxa de inscrição será de 1.500,00 reais na Mini 2T e 2.500,00 reais na OK e OK Júnior. O aluguel do motor terá o custo de 1.890,00 reais (Mini 2T) e 4.490,00 reais (OK e OK Júnior).

As categorias que compõe a Copa Regional de Kart admitem pilotos conforme as idades abaixo:

Mini 2T - aberta a pilotos com idades entre 9 e 11 anos, completados em 2024. Também aceitará pilotos com licença PJMK e que completem 12 anos de idade em 2024; OK Júnior - aberta a pilotos com idades entre 12 e 14 anos, completados em 2024; OK - aberta a pilotos a partir de 14 anos, completados em 2024. Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Roberval Andrade e Fabio Fogaça vencem diante de casa cheia em Goiânia

Foto/ Beto Correa

Roberval *Andrade assumiu a ponta na largada da corrida 1*

A temporada 2024 da Copa Truck fechou no domingo (14) a segunda etapa do seu calendário. Mesmo com forte calor, o público compareceu em peso, encheu o Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO), e presenciou duas corridas que tiveram como marcas a superação e a resistência. Longe de estar 100% fisicamente em razão de uma virose, Roberval Andrade (Mercedes-Benz da ASG Motorsport) deixou para trás o atual campeão, Felipe Giaffone (Volkswagen da R9 Competições) na largada, abriu vantagem e partiu para sua primeira vitória no campeonato. André Marques completou o top-3.

Na segunda prova do dia, Fabio Fogaça partiu da primeira posição em razão da regra do grid invertido e resistiu durante toda a prova, mesmo tendo no seu encalço um aguerrido André Marques nas voltas finais. Foi a primeira vitória de Fabinho na Super Truck Pro, com o Mercedes-Benz da FF Motorsport. Giaffone foi o terceiro colocado e somou pontos importantes para seguir na liderança do campeonato.

Embate de campeões —A largada da Corrida 1 teve como ápice o confronto entre Giaffone e Roberval. Mesmo bastante debilitado, o piloto da Mercedes foi ao limite para superar o atual campeão nos primeiros metros do circuito e assumiu a liderança. André Marques era o terceiro, seguido por Wellington Cirino e Raphael Abbate. Beto Monteiro deu início a uma reação incrível: de 20º na largada, o pernambucano completou a primeira volta em 13º.

Roberval abriu vantagem para Giaffone, enquanto Beto Monteiro seguia sua recuperação e era o 11º colocado. Ao fim de 13 voltas, Andrade confirmou sua primeira vitória na temporada e também o primeiro triunfo do ano da Mercedes na Super Truck Pro. Giaffone cruzou a linha de chegada em segundo, com André Marques em terceiro, Adalberto Jardim em quarto e Wellington Cirino na quinta posição.

Na categoria Super Truck Elite, Bia Figueiredo e Daniel Kelemen venceram na segunda etapa da temporada 2024 da Copa Truck na classe Super Truck Elite. A paulista da ASG Motorsport largou da pole position na Corrida 1 com seu Mercedes-Benz, se defendeu das tentativas de ultrapassagem de Jô Dias e venceu pela primeira vez neste ano, deixando para trás o revés sofrido em Campo Grande no mês de março, quando também conquistou a pole, mas uma quebra a impediu de largar na frente.

A segunda corrida do dia entregou um apertado duelo pela vitória entre Daniel Kelemen e Ricardo Alvarez. A batalha na pista teve um desfecho incrível, com Alvarez cruzando a linha de chegada na frente por apenas 0s033. Entretanto, o piloto da Tiger Team foi punido em 20s por emissão de fumaça pouco depois da bandeirada final, e Kelemen herdou o triunfo, na primeira vitória para a nova equipe D+ Motorsport.

A vez de Bia — Em filme bem diferente do que viu em Campo Grande, desta vez a paulista converteu a pole position em liderança depois da largada em Goiânia. Bia sustentou a liderança da corrida, mas ao mesmo tempo era muito pressionada por Jô Dias na luta pela vitória. E Rodrigo Taborda vinha logo atrás, na terceira posição.

Bia Figueiredo conteve os ataques de Jô e conquistou sua primeira vitória no ano. A diferença entre os dois na linha de chegada foi de apenas 0s126. Rodrigo Taborda foi o terceiro, Djalma Pivetta foi o quarto e Márcio Giordano completou a relação dos cinco primeiros.

Kelemen no topo — A inversão dos oito primeiros colocados colocou Daniel Kelemen na ponta do grid da Corrida 2, largando lado a lado do estreante Leo Rufino, e Ricardo Alvarez saiu em terceiro. Por sua vez, Bia iniciou a última prova da etapa na oitava posição, mas pouco depois a vencedora da primeira prova teve de abandonar após sofrer uma quebra em seu caminhão no fim da reta, causando novo acionamento do safety-truck.

Alvarez deixou Leo Rufino para trás e foi o maior oponente de Kelemen na batalha pela vitória. Os dois chegaram a andar lado a lado, mas o piloto da equipe D+ Motorsport permaneceu à frente. Mas tudo mudou no momento decisivo da corrida: na última volta, Ricardo Alvarez fez a ultrapassagem para superar Kelemen por meros 0s033.

Só que o vencedor na pista foi punido com o acréscimo de 20s por conta de emissões de fumaça, e o triunfo foi herdado por Kelemen. Rodrigo Taborda confirmou o segundo lugar, e Leo Rufino garantiu seu primeiro top-3 na categoria. Pedro Perdoncini foi o quarto e Djalma Pivetta, o quinto. Alvarez caiu para a sétima colocação.

A terceira etapa da temporada 2024 da Copa Truck está marcada para Londrina (PR) e será disputada em 12 de maio.

Durante o evento do final de semana, a Prometeon fornecedora dos pneus que equipam os caminhões da Copa Truck apresentou nova linha de produtos da marca para linha de pesados e rodoviário, SERIE 02. Com mais de 6 anos de pesquisa e desenvolvimento, 2.500 pneus testados e 180 milhões de quilômetros rodados, além de mais de R$ 25milhões investidos.

A nova linha lançada para o Brasil e América Latina foi 100% feita no em nosso país. O Brasil é o principal centro de operações da marca e conta com mais de 4.000 dos 8.000 colaboradores da Prometeon no mundo. A produção no Brasil também abastece todo o mercado mundial do agronegócio.

Os novos produtos terão a marca PROMETEON engennered estampados nos pneus.